



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

SUMÁRIO

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA EMERGÊNCIAS EM DEFESA E PROTEÇÃO CIVIL – MÓDULO INUNDAÇÕES	Error! Bookmark not defined.
1 – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA	4
2 - INTRODUÇÃO	3
3 - FINALIDADE	6
4 – PRESSUPOSTOS	6
5 - OBJETIVOS	6
6 – ESTRUTURA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA EMERGÊNCIAS EM DEFESA CIVIL – MÓDULO INUNDAÇÕES	7
6.1 – Organização	7
6.1.1 - Área de abrangência	7
6.1.2 - Identificação das Áreas de Risco	7
6.1.4 – Caracterização das Áreas de Risco	8
6.1.4.1 – Áreas de Risco de Inundações	8
6.2 - Coordenação das ações de emergência por inundações no município	19
6.3 - Definição das Coordenações de Atuação nos Setores, para atuação no Plano de Contingência em Proteção Civil	20
7 - OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA EMERGÊNCIAS EM DEFESA CIVIL – MÓDULO INUNDAÇÕES	22
7.1. Pré-evento - Prevenção/Mitigação/Preparação/Monitoramento/Alerta	22
Fase 1 – Prevenção e Mitigação dos efeitos adversos dos desastres e Preparação para Enfrentamento de Desastres	22
Fase 2 – Preparação para Enfrentamento de Desastres	22
Fase 2 - Monitoramento meteorológico, geológico e hidrológico	26
Fase 3 – Alerta	28
7.2 – Evento (situação de desastre)	30
7.3 - Pós-evento (Recuperação de Cenários)	36
7.4 – A Volta às Casas	37
8 – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA INTERVENÇÃO	39
8.1 - Ação de Avaliação	39
9 - INFORMAÇÕES À COMUNIDADE	41
10 – CAPACITAÇÕES	41
11 – RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	41
12 – LOGÍSTICA	42
12.1 – Veículos	42
12.2 – Relação dos veículos disponíveis (Anexo V)	42
12.3 – Equipamentos de comunicação:	43
12.4 – Materiais e Equipamentos	43
13 – PLANO DE CHAMADA	44
14 – RELACIONAMENTO COM OUTROS PLANOS	46
15 - MANUTENÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	46
16 – INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL	46
16.1 - Poder Público	46
16.2 – Entidades Cíveis	47
17 - DEFINIÇÃO DE TERMOS	48
18 – REFERÊNCIAS, LEGISLAÇÃO E ATOS CORRELATOS	50
ANEXOS	54



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

1 – INTRODUÇÃO

Contingências são definidas como eventualidades, acasos ou acontecimentos que têm como fundamento a incerteza de algo que pode acontecer, porém, sem que se possa prever a recorrência e a magnitude do evento.

No contexto deste Plano, as contingências estão relacionadas a eventos adversos naturais ou situações emergenciais que possam ocorrer em um determinado momento e que possam produzir riscos à vida e ao patrimônio da população residente nas áreas de risco.

O Plano Municipal de Contingência – PLAMCON para Processos Geológicos, Hidrológicos e Meteorológicos do Município de Agronômica foi elaborado para orientar as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução de um determinado cenário de risco de eventos adversos, relacionados ao regime hídrico da Bacia do Rio Itajaí, especialmente o Rio Trombudo e o Rio Itajaí D'Oeste; também estabelecer as ações necessárias a nível local, definindo as responsabilidades e competências de cada integrante do Grupo de Ações Coordenadas – GRAC e da administração pública municipal para enfrentar esses desastres naturais recorrentes no município.

Ao oferecer as condições necessárias para organizar, orientar e padronizar as ações a serem realizadas pelas equipes de trabalho, a partir das diretrizes estabelecidas pelo presente Plano de Contingência, o município de Agronômica assume o compromisso de atuar de acordo com suas atribuições, visando promover a mitigação dos danos à população e redução dos prejuízos às estruturas públicas e privadas instaladas nas áreas inundáveis do município, assim como efetuar o controle eficiente, efetivo e eficaz dos efeitos dos eventos adversos provocados pelas inundações recorrentes, que ocorrem naturalmente, ou pelo agravamento destas, por intervenção antrópica.



2 – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA

1.1 – Localização, população, clima, relevo



O município de Agronômica localiza-se na região do Alto Vale do Itajaí. Está situado a uma latitude $27^{\circ}15'54''$ S e longitude $49^{\circ}42'40''$ O, com altitude de 347 metros em relação ao nível do mar, na sede do município.

Com área de 129,99 Km², tem uma população de 5.437 habitantes (IBGE/2017) e densidade demográfica de 37,57 habitantes/km².

Distante cerca de 200 quilômetros da capital do estado, Agronômica é integrante da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, cujo centro polarizador é o município de Rio do Sul, e atualmente estão associados 28 municípios.

O município de Agronômica está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí e Sub-bacia do Rio Itajaí do Oeste, sendo o Rio Trombudo o principal rio do município. O clima é



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

mesotérmico úmido com temperatura média de 19,2°C, com verão quente e chuvoso (Cfa segundo Köppen). O regime de chuvas contribui na incidência das cheias do Rio Trombudo que, ao transbordar para sua planície de inundação – seu leito secundário – atinge as edificações que se encontram construídas nesta área. As inundações são recorrentes na sede do município e são agravadas pela elevação dos níveis dos rios da Bacia do Itajaí, tendo maior influência o Rio Itajaí do Oeste, que ao se elevar promove o represamento das águas do Rio Trombudo, um de seus afluentes.

O município de Agronômica tem Sede situada na planície de inundação na foz do Rio Trombudo e dos dois afluentes seu (Ribeirões Mosquitinho e Mosquito). Por sua topografia, o município, é naturalmente sujeito aos processos de inundação. Os registros históricos indicam que o evento mais crítico das inundações que ocorreram no último século foi o de 1.983, e, a última ocorreu em maio/junho de 2017.

São identificados nove setores de risco no município, relacionados às cheias do Rio Trombudo e seus afluentes, localizados na área urbana e zona rural do município, provocando significativos prejuízos para a economia local.

Na questão relativa a inundações, apresentam maior importância os municípios de Atalanta, Agrolândia, Braço do Trombudo e Trombudo Central, por formarem, juntamente com Agronômica, a bacia hidrográfica do Rio Trombudo e estarem a montante do município; também impactam Laurentino, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste, Salete, Santa Terezinha e Taió, que formam, em conjunto com os anteriores, a bacia do Rio Itajaí do Oeste, e, cuja elevação das suas águas represam o Rio Trombudo, e, por fim, Rio do Sul, onde se encontram os afluentes Rio do Itajaí do Oeste e Rio Itajaí do Sul (Rio Itajaí Açú), cuja elevação dos níveis destes, promove o represamento do Rio Trombudo e o deslocamento do fluxo das águas do Rio Itajaí do Oeste, para as áreas da planície da foz do Rio Trombudo, onde está situada a Sede do município de Agronômica. O principal acesso ao município é feito através da BR 470, que está sujeito a inundações, com a elevação dos níveis destes rios.



3 – FINALIDADE

O Plano Municipal de Contingência – PLAMCON da Coordenação Municipal de Defesa Civil de Agronômica, para Processos Geológicos, Hidrológicos e Meteorológicos, tem como finalidade estruturar as ações necessárias na prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução às emergências provocadas pelos eventos adversos relacionados aos eventos meteorológicos; com maior prevalência das inundações e escorregamentos de terra, que possam ocorrer no município. Este estabelecendo metodologias para execução dos trabalhos integrados com todos os setores afins da administração municipal, para o enfrentamento das adversidades provocadas por esses eventos, minimizando os impactos dos mesmos.

4 – PRESSUPOSTOS

O Plano Municipal de Contingência – PLAMCON para Processos Geológicos, Hidrológicos e Meteorológicos de Agronômica foi desenvolvido a partir da avaliação dos Cenários de Risco mais prováveis e relevantes, com dados recolhidos dos principais Serviços Meteorológicos, Geológicos e Hidrológicos brasileiros. Tais dados apontam que os principais Cenários de Risco na sede do município de Agronômica são as inundações que atingem as edificações construídas na planície de inundação do Rio Trombudo.

5 – OBJETIVOS

A Coordenadoria Municipal de Defesa e Proteção Civil de Agronômica apresenta o Plano Municipal de Contingência – PLAMCON para Processos Geológicos, Hidrológicos e Meteorológicos com o objetivo de manter o atendimento à população atingida pelos eventos adversos, bem como para intensificar ações de prevenção e mitigação ao patrimônio e a vida, buscando minimizar o impacto e os riscos decorrentes das situações adversas provocados por desastres naturais sobre a população.



6 – ESTRUTURAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA – PLAMCON – PARA PROCESSOS GEOLÓGICOS, HIDROLÓGICOS E METEOROLÓGICOS

6.1 – Organização

Para desenvolver as suas ações, a Coordenação Municipal de Defesa e Proteção Civil de Agronômica dividiu a cidade em 09 (nove) Áreas de Defesa Civil - ARDEC'S, e estas em 06 (seis) abrigos, além do Centro de Operações de Defesa Civil - CODEC.

Os locais para instalação dos abrigos para os desabrigados e desalojados foram identificados e selecionados, observando-se a cota de segurança de 15,10 metros, conforme dados disponíveis das enchentes de maior impacto, que ocorreram nos anos 1.983 e 1.984.

Os Abrigos estão dispostos conforme a sua estrutura, localização e área de abrangência para otimizar o seu funcionamento, quando da ocorrência de enchente e ou inundação. Também foram utilizadas informações dos dados censitários do IBGE para atualização do número de desabrigados e desalojados das estruturas de interesse para a Defesa e Proteção Civil (abrigos, unidades de saúde, heliporto, escolas, igrejas, farmácias, supermercados, cemitérios, postos de combustível, entre outros).

6.1.1 - Área de abrangência

O Plano Municipal de Contingência – PLAMCON para Processos Geológicos, Hidrológicos e Meteorológicos contempla todo o espaço territorial do município de Agronômica, compreendendo suas zonas urbanas e rurais sujeitas às ocorrências de eventos adversos provocados por inundações, bem como os eventos a elas relacionados.

6.1.2 - Identificação das Áreas de Risco

As áreas de risco existentes no município de Agronômica estão descritas no trabalho executado pelo *CPRM – Serviço Geológico do Brasil – Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa* (Relatório no *Anexo I*), em cujas fichas complementares (*Anexo II*) é possível identificar a que eventos cada área delimitada está sujeita.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

Os levantamentos efetuados demonstram que o município de Agronômica está sujeito aos seguintes riscos:

- a) Riscos identificados no município: Inundações, chuvas intensas, alagamentos.
- b) Número de Áreas de Risco: 09
- c) Número de habitações sob risco: 215
- d) Número de pessoas expostas a riscos: 660

6.1.3 – Mapa das Áreas de Risco



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2015.

Legenda:

Delimitação do Setor de Risco

6.1.4 – Caracterização das Áreas de Risco

A ocupação urbana e rural das planícies de inundação do Rio Trombudo, tanto na área urbana, quanto na área rural de Agronômica, vem submetendo os moradores aos processos de inundações. As inundações são recorrentes no município, sendo que o evento mais severo foi registrado no ano de 1983, aos quais se seguiram os ocorridos nos anos de 2011, 2015 e 2017.

Ao todo foram identificadas 9 áreas de risco localizadas na planície de inundação do Rio Trombudo e seus afluentes (QUADRO 01), sendo que as áreas atingidas permanecem alagadas de 2 a 5 dias, dependendo do nível dos rios da bacia do Itajaí.

6.1.4.1 – Áreas de Risco de Inundações



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

As áreas de risco foram separadas segundo a distribuição geográfica, levando em consideração os agrupamentos populacionais e a melhor logística de ação, na execução do Plano de Contingência, quando da ocorrência de evento crítico significativo (QUADRO 01).

QUADRO 01. DEMONSTRATIVO DAS ÁREAS DE RISCO POR INUNDAÇÃO, LOCALIZADAS NA REGIÃO URBANA E DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, SC.

LOCAL	ÁREA DE RISCO	TIPOLOGIA
Arnoldo Cani – Rua XV de Novembro	Área 1	Inundação
Centro – Rua 15 Novembro	Área 2	Inundação
Centro – Rua 15 Novembro	Área 3	Inundação
Mosquito - Rua Sete de Setembro	Área 4	Inundação
Rua Sete de Setembro	Área 5	Inundação
Estrada Geral Valada Gropp e Ruas Humberto Khöller e Sete de Setembro	Área 6	Inundação
BR 470, Km 155 e Estrada Geral Rib. Alegre	Área 7	Inundação
BR 470, entre os Km 152 e 153	Área 8	Inundação
BR 470, entre os Km 150 e 151	Área 9	Inundação

ÁREA DE RISCO 1

- ▶ **Localização:** Arnoldo Cani, R. XV: Rodovia Rio do Sul - Agronômica
- ▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_AGRONON_SR_01_CPRM
- ▶ **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 628795 m E / 6984288 m N



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2015

▶ **Caracterização:** Urbanização da planície de inundação do Rio Trombudo, cuja população sofre com os efeitos das cheias do rio. As inundações são recorrentes no local e em épocas de cultivo de arroz inundado essa situação é agravada pelos efeitos antrópicos da



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

inundação das áreas de plantio. As cheias são provocadas pelo regime de chuvas da região, especialmente as incidentes na bacia hidrográfica do Itajaí, da qual faz parte o Rio Trombudo e normalmente têm duração de 2 a 5 dias, dependendo do nível dos demais rios da bacia hidrográfica. Nessas ocasiões as edificações localizadas na área delimitada na figura acima ficam total ou parcialmente alagadas.

- ▶ **Evento:** Inundação.
- ▶ **Descrição técnica:** Inundações recorrentes provocadas pela elevação do nível do Rio Trombudo.
- ▶ **Risco:** Muito Alto Risco
- ▶ **Edificações expostas:** 37
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 148

ÁREA DE RISCO 2

- ▶ **Localização:** Centro – Rua XV de Novembro
- ▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_AGRONON_SR_02_CPRM
- ▶ **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 628030 m E / 6983849 m N



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2015

- ▶ **Caracterização:** Urbanização da planície de inundação do Rio Trombudo, cuja população sofre com os efeitos das cheias do rio. As inundações são recorrentes no local. As cheias são provocadas pelo regime de chuvas da região, especialmente as incidentes na bacia



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

hidrográfica do Itajaí, da qual faz parte o Rio Trombudo e normalmente têm duração de 2 a 5 dias, dependendo do nível dos demais rios da bacia hidrográfica. Nessas ocasiões as edificações localizadas na área delimitada na figura acima ficam total ou parcialmente alagadas.

- ▶ **Evento:** Inundação.
- ▶ **Descrição técnica:** Inundações recorrentes provocadas pelas cheias do Rio Trombudo, potencializadas pelas áreas inundadas para cultivo do arroz e pelos níveis dos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí.
- ▶ **Risco:** Muito Alto Risco
- ▶ **Edificações expostas:** 54
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 216

ÁREA DE RISCO 3

- ▶ **Localização:** Centro – Rua XV de Novembro
- ▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_AGRONON_SR_03_CPRM
- ▶ **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 627088 m E / 6983250 m N



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2015

▶ **Caracterização:** Urbanização da planície de inundação do Rio Trombudo e seu afluente, Ribeirão Mosquitinho, cuja população sofre com os efeitos das cheias desses dois cursos de água, cujos níveis são influenciados pelos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí. As inundações são recorrentes no local. As cheias são provocadas pelo regime de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

chuvas da região, especialmente as incidentes na bacia hidrográfica do Itajaí, da qual faz parte o Rio Trombudo e Ribeirão Mosquitinho e normalmente têm duração de 2 a 5 dias, dependendo do nível dos demais rios da bacia hidrográfica. Nessas ocasiões as edificações localizadas na área delimitada na figura acima ficam total ou parcialmente alagadas.

- ▶ **Evento:** Inundação.
- ▶ **Descrição técnica:** Inundações recorrentes provocadas pelas cheias do Rio Trombudo e Ribeirão Mosquitinho, seu afluente e pelos níveis dos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí.
- ▶ **Risco:** Muito Alto Risco
- ▶ **Edificações expostas:** 60
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 240

ÁREA DE RISCO 4

- ▶ **Localização:** Bairro Mosquito – Rua Sete de Setembro
- ▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_AGRONON_SR_04_CPRM
- ▶ **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 626572 m E / 6982850 m N



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2015

▶ **Caracterização:** Urbanização da planície de inundação do Rio Trombudo, cuja população sofre com os efeitos das cheias desse curso de água, cujos níveis são influenciados pelos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí. As inundações são recorrentes. As cheias



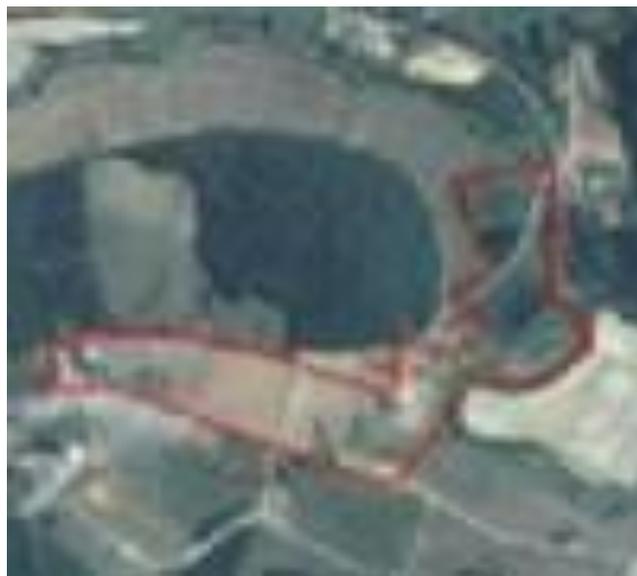
**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

são provocadas pelo regime de chuvas da região, especialmente as incidentes na bacia hidrográfica do Itajaí, da qual faz parte o Rio Trombudo e Ribeirão Mosquito e normalmente têm duração de 2 a 5 dias, dependendo do nível dos demais rios da bacia hidrográfica. Nessas ocasiões as edificações localizadas na área delimitada na figura acima ficam parcialmente alagadas.

- ▶ **Evento:** Inundação.
- ▶ **Descrição técnica:** Inundações recorrentes provocadas pelas cheias do Rio Trombudo, potencializadas pelas áreas inundadas para cultivo do arroz e pelos níveis dos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí.
- ▶ **Risco:** Muito Alto Risco
- ▶ **Edificações expostas:** 41
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 164

ÁREA DE RISCO 5

- ▶ **Localização:** Rua Sete de Setembro
- ▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_AGRONON_SR_05_CPRM
- ▶ **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 624466 m E / 6981681 m N



Legenda

- Delimitação do Setor de Risco
- > Sentido da drenagem

Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2015



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

▶ **Caracterização:** Urbanização da planície de inundação do Rio Trombudo, cuja população sofre com os efeitos das cheias desse curso de água, cujos níveis são influenciados pelos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí. As inundações são recorrentes no local. As cheias são provocadas pelo regime de chuvas da região, especialmente aos incidentes na bacia hidrográfica do Itajaí, da qual faz parte o Rio Trombudo e Ribeirão Mosquitinho e normalmente têm duração de 2 a 5 dias, dependendo do nível dos demais rios da bacia hidrográfica. Nessas ocasiões as edificações localizadas na área delimitada na figura acima ficam parcialmente alagadas.

- ▶ **Evento:** Inundação.
- ▶ **Descrição técnica:** Inundações recorrentes provocadas pelas cheias do Rio Trombudo, potencializadas pelas áreas inundadas para cultivo do arroz e pelos níveis dos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí.
- ▶ **Risco:** Muito Alto Risco
- ▶ **Edificações expostas:** 09
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 36

ÁREA DE RISCO 6

- ▶ **Localização:** Ruas Sete de Setembro e Humberto Khöller
- ▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_AGRONON_SR_06_CPRM
- ▶ **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 625640 m E / 6981343 m N



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**



— Delimitação do setor de risco
→ Sentido da drenagem

Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2015 e Linha Amarela apresenta a área total de risco de inundação (Fonte DC Agrônômica e corpo técnico colaborador).

► **Caracterização:** Ocupação urbana consolidada nas margens do Ribeirão Mosquito e estendendo-se por sua planície de inundação, impactando a população com os efeitos das cheias desse curso de água, cujos níveis são influenciados pelos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí. As inundações são recorrentes no local da inundação. As cheias são provocadas pelo regime de chuvas da região, especialmente aos incidentes na bacia hidrográfica do Itajaí, da qual faz parte o Ribeirão Mosquito e normalmente têm duração de 2 a 5 dias, dependendo do nível dos demais rios da bacia hidrográfica. Nessas ocasiões as edificações localizadas na área delimitada na figura acima ficam parcialmente alagadas.

- **Evento:** Inundação.
- **Descrição técnica:** Inundações recorrentes provocadas pelas cheias do Ribeirão Mosquito, potencializadas pelas áreas inundadas e pelos níveis dos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí.
- **Risco:** Alto Risco
- **Edificações expostas:** 21
- **Pessoas expostas:** Aproximadamente 75



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**



Fonte: DC Agronômica e corpo técnico de colaboradores.

► **Caracterização:** Urbanização da planície de inundação do Rio Trombudo e seu afluente, Ribeirão Alegre, cuja população sofre com os efeitos das cheias desses dois cursos de água, cujos níveis são influenciados pelos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí e das enxurradas do rio Trombudo. As inundações são recorrentes no local. As cheias são provocadas pelo regime de chuvas da região, especialmente aos incidentes na bacia hidrográfica do Itajaí, da qual faz parte o Rio Trombudo e Ribeirão Alegre e normalmente têm duração de 2 a 5 dias, dependendo do nível dos demais rios da bacia hidrográfica. Nessas ocasiões as edificações localizadas na área delimitada na figura acima ficam total ou parcialmente alagadas.

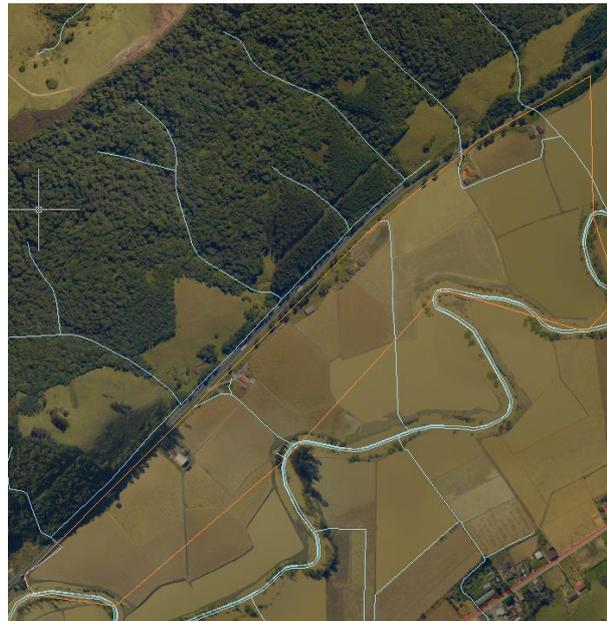
- **Evento:** Inundação.
- **Descrição técnica:** Inundações recorrentes provocadas pelas cheias do Rio Trombudo e Ribeirão Alegre, seu afluente e pelos níveis dos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí.
- **Risco:** Muito Alto Risco
- **Edificações expostas:** 10
- **Pessoas expostas:** Aproximadamente 32

ÁREA DE RISCO 8

- **Localização:** Bairro Centro; Rodovia BR 470, entre os Quilômetros 152 e 153.
- **Ficha Complementar de Análise de Risco:** DC Agronômica, SC.
- **Coordenadas Geográficas:** UTM 625862,23 6983248,13 O



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**



— Delimitação do setor de risco
▶ Sentido da drenagem

Fonte: DC Agronômica e corpo técnico de colaboradores.

▶ **Caracterização:** Urbanização da planície de inundação do Rio Trombudo e seu afluente, Ribeirão Mosquitinho, cuja população sofre com os efeitos das cheias desses dois cursos de água, cujos níveis são influenciados pelos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí. As inundações são recorrentes no local. As cheias são provocadas pelo regime de chuvas da região, especialmente aos incidentes na bacia hidrográfica do Itajaí, da qual faz parte o Rio Trombudo e normalmente têm duração de 2 a 5 dias, dependendo do nível dos demais rios da bacia hidrográfica. Nessas ocasiões as edificações localizadas na área delimitada na figura acima ficam total ou parcialmente alagadas.

- ▶ **Evento:** Inundação.
- ▶ **Descrição técnica:** Inundações recorrentes provocadas pelas cheias do Rio Trombudo e pelos níveis dos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí.
- ▶ **Risco:** Muito Alto Risco
- ▶ **Edificações expostas:** 11
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 26

ÁREA DE RISCO 9

- ▶ Bairro Centro; Rodovia BR 470, entre os Quilômetros 150 e 151.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- ▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:** DC Agronômica, SC.
- ▶ **Coordenadas Geográficas:** UTM S 628705,59 6988112,98 O



Fonte: DC Agronômica e corpo técnico de colaboradores.

▶ **Caracterização:** Urbanização da planície de inundação do Rio Trombudo, cuja população sofre com os efeitos das cheias desse curso de água, cujos níveis são influenciados pelos demais rios da bacia hidrográfica do Itajaí. As inundações são recorrentes no local. As cheias são provocadas pelo regime de chuvas da região, especialmente aos incidentes na bacia hidrográfica do Itajaí, da qual faz parte o Rio Trombudo e normalmente têm duração de 2 a 5 dias, dependendo do nível dos demais rios da bacia hidrográfica. Nessas ocasiões as edificações localizadas na área delimitada na figura acima ficam parcialmente alagadas.

- ▶ **Evento:** Inundação.
- ▶ **Descrição técnica:** Inundações recorrentes provocadas pelas cheias do Rio Trombudo, potencializadas pela retenção das águas deste pelo Rio Itajaí D'Oeste, rio da bacia hidrográfica do Itajaí.
- ▶ **Risco:** Muito Alto Risco
- ▶ **Edificações expostas:** 05
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 18



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

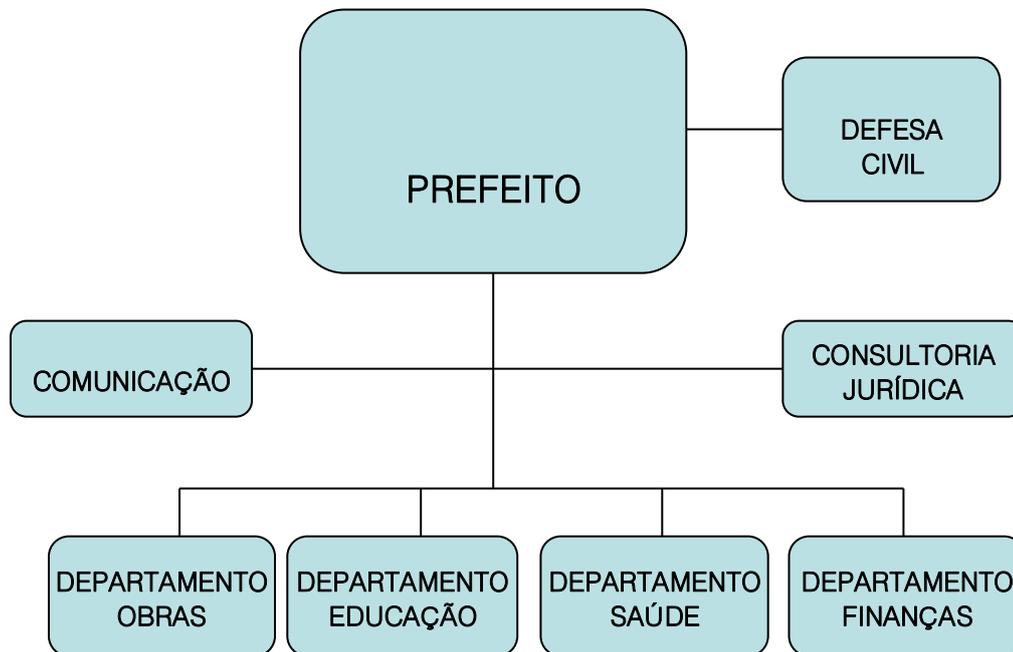
6.2 – Coordenação das ações de emergência por inundações no município

- ▶ As situações de emergência no âmbito do município são coordenadas pelo gabinete de crise do Prefeito Municipal, sendo suas decisões tomadas a partir dos boletins processados pela Defesa Civil Municipal, Regional ou Estadual.
- ▶ Participa do Gabinete de crise o Grupo de Ações Coordenadas – GRAC e outros setores da administração, convocados pelo Prefeito, cada um deles apresentando seus planos de trabalho para o enfrentamento da situação adversa vivenciada.
- ▶ O trabalho de cada um dos setores participantes do Gabinete de Crise irá se desenvolver no pré-evento, no evento propriamente dito e no pós-evento, conforme será descrito nesse plano de contingência, sempre, no entanto, a partir da liberação das áreas para acesso das equipes técnicas pela Defesa Civil, com a finalidade de não haver interferência nos trabalhos dos primeiros atendedores, salvo se houver decisão específica da Defesa Civil.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

► Exemplo Organograma Funcional



6.3 – Definição das Coordenações de Atuação nos Setores, para atuação no Plano de Contingência em Proteção Civil

► **Coordenação do COES – Comitê de Operações de Emergência em Saúde**

► *As coordenações serão assim definidas:*

- *Coordenação geral: Coordenação Municipal de Defesa Civil;*
- *Gabinete do Prefeito: Prefeito Municipal;*
- *Departamento de Administração: Coordenação: Diretor(a) Municipal de Administração;*
- *Departamento de Assistência Social: Coordenação: Diretor(a) Municipal de Assistência Social;*
- *Departamento de Obras: Coordenação: Diretor(a) Municipal de OBRAS;*
- *Departamento de Agricultura: Coordenação: Diretor(a) Municipal de Agricultura;*
- *Departamento de Planejamento e Meio ambiente: Coordenação: Diretor(a) Municipal de Planejamento e meio Ambiente;*



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- *Departamento Municipal de Saúde* – Coordenação: Diretor(a) Municipal de Saúde;
- O **COES** é um Grupo Multidisciplinar e Inter setorial, constituído por Portaria do Secretário Municipal de Saúde, destinado a integrar as ações e serviços de saúde para atuação em situações de emergência e estado de calamidade pública, com o objetivo precípuo de coordenar as ações emergenciais da área da saúde, em consonância com as diretrizes do SUS.
 - O Ministério da Saúde, em seu Plano Nacional de Contingência para Inundações estabelece como medida prioritária a instituição dos COES municipais, como forma de estabelecer o eficaz controle, das questões relacionadas ao setor saúde, dos eventos adversos provocados por inundações.
 - As coordenações setoriais, nas ações relacionadas com a saúde cabem as situações emergenciais e compete definir as ações necessárias para atender as emergências e definir as responsabilidades de cada integrante da estrutura da saúde.
 - Ao executar o Plano de Contingência do Setor Saúde na sua essência, a Coordenação geral repassa a Coordenação das áreas específicas da saúde, as informações sobre as características da área e sistemas envolvidos.

A gestão do risco relacionado às inundações dentro do território municipal terá o objetivo de promover ações de prevenção, preparação, alerta, respostas e reconstrução de cenários, quando da ocorrência de eventos adversos provocados por inundações e visa evitar ou reduzir os danos à infraestrutura pública ou privada e ao meio ambiente, assim como agravos à saúde da população.

Com as equipes treinadas adequadamente, é viável organizar, orientar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas para controle das situações anormais, facilitando as atividades de prevenção, preparação e alerta e otimizando as atividades de resposta e reconstrução a uma determinada ameaça, caso o evento adverso venha a se concretizar.



7-OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA – PLAMCON PARA PROCESSOS GEOLÓGICOS, HIDROLÓGICOS E METEOROLÓGICOS

7.1. Pré-evento - Prevenção/Mitigação/Preparação/Monitoramento/Alerta

As medidas de controle de inundações desenvolvidas nos momentos de normalidade, também chamados de *pré-eventos* e expressam a intenção de evitar ou reduzir os impactos adversos à população, mediante aplicação de ações planejadas e realizadas antecipadamente ao evento e são divididas nas seguintes fases:

1. Prevenção/Mitigação (Fase 1),
2. Preparação (Fase 2),
3. Monitoramento (Fase 3)
4. Alerta (Fase 4)

Fase 1 – Prevenção e Mitigação dos efeitos adversos dos desastres e Preparação para Enfrentamento de Desastres

A execução das ações preventivas e mitigatórias são voltadas a evitar, ou, reduzir os danos e prejuízos causados pelos eventos adversos. Cabe a Coordenação Municipal de Defesa Civil promover ações de avaliação dos cenários, restringir e indicar as ações necessárias a reduzir ou evitar a exposição aos riscos, sugerir obras que visem promover a ocupação segura das áreas sujeitas ao fenômeno.

Fase 2 – Preparação para Enfrentamento de Desastres

Em consonância com as ações de prevenção e de mitigação dos efeitos da ocorrência dos eventos adversos, a preparação das ações voltadas para o enfrentamento dos efeitos adversos, provocados por inundações, é fundamental para reduzir os prejuízos à infraestrutura do município, ao meio ambiente e à saúde da população, cabendo a Coordenação Municipal de Defesa Civil gerenciar todo o processo junto aos demais departamentos e setores e sua área de atuação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

Setores envolvidos nessa Fase:

- **Coordenação Municipal de Defesa Civil:**

Avaliação técnica das áreas sujeitas, determinação dos potenciais de risco e o disciplinamento do uso do solo, interagindo com os demais departamentos municipais, no intuito de atingir o objetivo.
- **Departamento Municipal de Educação:**

Promover ações relacionadas com a instrução, reconhecimento das fontes de risco e dos fatores que devem ser considerados no planejamento de um empreendimento e conscientização dos impactos nocivos dos usos inadequados dos solos urbano e rural e do uso de agrotóxicos sobre o meio ambiente, na qualidade de vida e na segurança das populações.
- **Departamento Municipal de Planejamento e Meio Ambiente:**

Avaliação técnica das áreas sujeitas a riscos potenciais e disciplinamento e fiscalização do uso do solo; conscientização dos impactos nocivos dos usos inadequados dos solos urbano e rural e do uso de agrotóxicos sobre o meio ambiente, na qualidade de vida e na segurança das populações implantação de programas de manejo adequado da água e do solo e promover ações de fiscalização e controle.
- **Departamento Municipal de Agricultura:** Promover ações relacionadas à conscientização dos impactos nocivos dos usos inadequado do solo rural e do uso de agrotóxicos sobre o meio ambiente, na qualidade de vida e na segurança das populações rurais; implantação de programas de manejo adequado da água e do solo e promover ações de fiscalização e controle.
- **Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos:**

Implantação e manutenção de sistema de drenagem pluvial, galerias e bocas-de-lobo. Realização de obras de contenção de encostas e barrancos.
- **Departamento Municipal de Assistência Social:**

Levantamento das pessoas residentes na área de risco, cadastramento das pessoas, agrupando-as por núcleos familiares e regiões de habitação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

Auxiliar junto a Coordenação municipal de Defesa e Proteção Civil na escolha dos locais para serem abrigos temporários, no planejamento da distribuição das pessoas aos abrigos, para que na ocorrência de evento climático adverso gerir a ocupação dos abrigos, cadastrar os abrigados, organizar a rotina, acompanhar, orientar sobre os direitos e deveres de cada uma das pessoas abrigadas, planejar e solicitar os itens necessários à vivência saudável e harmoniosa das pessoas abrigadas. .

- Departamento Municipal de Saúde:

Ações preventivas na Atenção Básica, estruturação da preparação para procedimentos do SAMU, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Assistência Farmacêutica.

Ações dessa fase:

- Identificar e mapear as áreas de risco, as ameaças, as suscetibilidades e as populações vulneráveis aos desastres naturais, fortalecendo as capacidades dos integrantes das comunidades expostas, de modo a evitar ou reduzir a ocorrência de danos às infraestruturas e os impactos à saúde da população;
- Mapear os serviços de saúde e estabelecimentos que fabricam, distribuem e comercializam produtos sujeitos à vigilância sanitária, de forma a identificar previamente os riscos associados a tais estabelecimentos em termos de impacto em eventos de inundação;
- Desenvolver e manter atualizados os planos operativos da VISA, VE, Assistência Farmacêutica, Atenção Básica e SAMU e demais áreas do Departamento Municipal de Saúde para aplicação em cada fase da emergência em saúde provocada por inundações;
- Avaliar a capacidade instalada de serviços de saúde (Unidades de Saúde, Ambulatórios, UPAS, hospitais), incluindo os recursos humanos, na área de abrangência do evento adverso, para atendimento às vítimas imediatas e das pessoas que deverão procurar assistência médica durante e após as inundações;
- Promover a sensibilização da rede para atendimento à população exposta aos eventos provocados por inundações, preparando o setor para respostas rápidas à população em caso de ocorrência desses eventos adversos;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- Manter lista de recursos humanos capacitados e disponíveis para enfrentamento imediato aos eventos provocados por inundações;
- Atualizar o Plano de Chamada Semestralmente;
- Produzir alertas ao setor quando da ocorrência de eventos adversos no município, para manter a rede pronta para atuação, caso necessário;
- Atuar de forma articulada com os demais setores da administração pública municipal, desenvolvendo planos operativos conjuntos ou específicos voltados para a redução dos desastres provocados por esse tipo de evento, assim como reduzir ao mínimo possível a exposição da população aos riscos de doenças e agravos decorrentes desses desastres, proporcionando apoio rápido, efetivo e eficaz às comunidades atingidas;
- Uniformizar, fortalecer, consolidar, estabelecer processos de mobilização, procedimentos de conduta e integração do setor aos demais setores da Prefeitura Municipal e às demais entidades municipais, estaduais e federais afins.
- Compor equipes capazes de determinar a avaliação de danos e das necessidades geradas pelos eventos adversos provocados por inundações no município de Agronômica.
- Realizar inspeções prévias para averiguar as condições estruturais e sanitárias de locais eventualmente destinados a serem abrigos, Integrando as equipes responsáveis pelas escolhas, cadastramento, vistorias e definição das estruturas dos abrigos e aos demais setores afins para definições e inspeções conjuntas;
- Definir a composição das equipes de primeiras respostas para atuação quando da ocorrência de eventos adversos, capazes de efetuar os atendimentos relacionados às ocorrências propriamente ditas e, após, efetuar a fiscalização de serviços de produção, armazenamento, transporte, manipulação e comercialização de alimentos, a fiscalização de serviços de produção, armazenamento, transporte, manipulação e comercialização de medicamentos, produtos e insumos farmacêuticos, a fiscalização de estabelecimentos de Saúde, a fiscalização de estabelecimentos da comunidade, a fiscalização/orientação de abrigos coletivos, atentando para a estrutura física (ventilação, iluminação), remoção dos resíduos sólidos, destino final adequado de efluentes sanitários, controle de roedores, destino final adequado de animais mortos, quantidade de água disponível, segurança alimentar e outros, a fiscalização/monitoramento dos serviços de Saneamento (água, resíduos sólidos, esgoto, galerias pluviais), com atenção



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

especial no controle da qualidade da água distribuída à população e outras atividades afins;

- Promover o estudo dos dados epidemiológicos das doenças prevalentes no município, que tendem a intensificar-se em circunstâncias de desastres, no conhecimento da cadeia de transmissão dessas doenças, na monitoração de surtos epidêmicos e no controle das doenças e agravos típicos das situações adversas provocadas por inundações, tomando-se como base os dados dos Sistemas de Informação disponibilizados pelo MS;
- Determinar a preparação de material e equipes para o processo de Educação em Defesa Civil, mantendo a população informada sobre os riscos e danos relacionados aos eventos adversos provocados por inundações;
- Providenciar recursos (materiais, equipamentos e veículos) necessários à execução do Plano de Contingência;
- Relacionar os medicamentos necessários para atendimento à população e manter a rede abastecida com medicamentos, materiais e insumos, com previsão para utilização em circunstâncias de eventos adversos;
- Determinar a verificação das condições do material existente para uso em situações de calamidades (Termômetros, trenas, lanternas, clorímetros, reagentes, botas, capas, caixas térmicas, folders, estoque de hipoclorito, etc.);
- Determinar a confecção e manutenção em depósito dos materiais informativos que serão distribuídos à população alvo (**Anexo IV**);
- Promover as condições necessárias para a realização de eventos simulados oferecidos pela Defesa Civil, relacionados com inundações;
- Elaborar relatórios circunstanciados e informes aos gestores municipais a respeito das ações preventivas em execução, para que possam ser avaliados e divulgados aos profissionais das diversas áreas, população e imprensa, através da coordenação geral do Plano de Contingência.

Fase 3 - Monitoramento meteorológico, geológico e hidrológico

O processo de monitoramento de eventos adversos provocados por inundações deverá ser permanente e capaz de estabelecer as condições para um alerta imediato à área afetada no município, indicando a possibilidade de ocorrências de eventos adversos por



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

inundações tão logo haja divulgação dos dados por parte dos institutos responsáveis, para que possam ser deflagrados os processos de mobilização das equipes locais de resposta ao desastre.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

Setores envolvidos nessa Fase:

- Coordenação Municipal de Defesa Civil
- Departamentos Municipais
- Vigilância Sanitária
- Vigilância Epidemiológica
- Assistência Social
- Entidades organizadas parceiras

Ações dessa Fase:

- Monitorar, através das áreas específicas da Vigilância Sanitária e Vigilância epidemiológica, os eventos meteorológicos, geológicos e hidrológicos típicos da região, além de outros relacionados a estes e potencialmente causadores de desastres provocados por inundações;
- Recorrer aos sistemas de monitoramento das previsões de precipitações hídricas no município e região, operadas por instituições atuantes no estado, nos municípios e em todo o Brasil, sendo que os centros geradores de tais informações, pelo menos os estaduais, deverão estar acessíveis permanentemente para viabilizar a obtenção de dados pelos responsáveis pela execução do Plano de Contingência;
- Promover o monitoramento das Cotas de Rios através dos dados obtidos das estações fluviométricas em operação na região, focando especialmente nas informações relacionadas e pertinentes ao município, tendo como referencial as informações históricas, dos eventos e o risco de eventos adversos provocados por inundações, mantendo contato com as equipes estaduais de forma permanente, visando otimizar as ações de respostas por parte da mesma, no que diz respeito à emissão dos níveis de alerta e de emergência, no momento em que os níveis dos rios atingirem marcas críticas e, ou, apresentarem perspectivas de agravamento da situação.

Fase 4 – Alerta



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

A Fase de Alerta, no caso de eventos adversos provocados por inundações por vezes ocorrem quase que concomitantemente à fase de respostas, ou seja, enquanto as equipes de primeiro atendimento estão realizando as ações iniciais, outras equipes estão se preparando para a remoção de feridos ou afetados pelo desastre para atendimento médico de urgência, ou removendo as pessoas de áreas de risco, visto que a remoção para abrigos é coordenada pelas equipes da Defesa Civil. Outras equipes estarão verificando, nos abrigos, o provimento de água, instalações sanitárias, destino final adequado dos resíduos e outras ações afins.

Setores envolvidos nessa Fase:

- Departamentos Municipais
- Vigilância Sanitária
- Vigilância Epidemiológica
- SAMU
- Atenção Básica
- Assistência Farmacêutica

Ações dessa fase:

- Promover ações relacionadas com a obtenção e informações relacionadas a evolução do evento.
- Convocar as entidades componentes do Grupo de Ações Coordenadas – GRAC Conselho Municipal de Defesa Civil.
- Organizar as equipes de resposta.
- Emitir os alertas provenientes do Gabinete de Crise do Município.
- Repassar a todas as instâncias do setor saúde do município, os alertas recebidos do Gabinete de Crise.
- Convocar os responsáveis pela Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica e área administrativa para permanência em alerta frente a eventuais eventos adversos no município.
- Revisar protocolos e preparar equipamentos, materiais, veículos, insumos, folders e outros para a utilização imediata nos eventos adversos.
- Cabe aos Departamentos Municipais convocarem todos os servidores para o estado de **Alerta**, permanecendo os servidores em seus postos de trabalho e as



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

Coordenações na sede do respectivo Departamento ou setor, objetivando a tomada de decisões e a determinação das medidas de intervenção que se fizerem necessárias;

- Coleta e repasse do maior número de informações disponíveis para facilitar às equipes o entendimento da situação e as medidas necessárias para o seu controle;
- Composição das equipes de acordo com o previsto nos protocolos setoriais e distribuição de equipamentos de proteção individual e outros necessários às ações de campo, assim como de máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, materiais destinados a resposta, materiais médicos e ambulatoriais, medicamentos e insumos necessários aos atendimentos à população;
- O Responsável pela Fiscalização de Alimentos e Produtos repassará as equipes informações referente a cuidados com os produtos alimentícios junto aos estabelecimentos de sua área de atuação;
- O Responsável pela fiscalização de estabelecimentos de Saúde repassará às equipes informações referente aos cuidados com medicamentos e produtos de sua área de atuação a serem observados nos estabelecimentos de sua área de atuação;
- Caberá ao responsável pelo Setor de Saneamento Básico do município repassar às equipes, as informações referentes aos cuidados com os animais, destino do lixo e dejetos e outros procedimentos inerentes a sua área a serem observados na área do desastre.
- Ao responsável pelo controle do abastecimento de água potável, caberá a responsabilidade de repassar para as equipes as informações referentes aos cuidados com os mananciais, lençóis freáticos, água para consumo humano, monitoramento e auxílio junto à concessionária de água nas determinações de ações referentes ao abastecimento de água da população.
- Deslocamento das equipes para as regiões de atuação pré-definidas.

7.2 – Evento (situação de desastre)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

SAITO, em 2015, descreveu os desastres naturais como resultados do impacto de um fenômeno natural extremo ou intenso sobre um sistema social, e que causa sérios danos e prejuízos que excedam a capacidade dos afetados em conviver com o impacto.

Em sua análise, Saito defende que uma das marcas dessa definição é a de relacionar o “fenômeno natural” ao “sistema social”, por meio de uma relação de causa e efeito, sendo imperioso que se observe que há uma distinção entre *evento natural* e *desastre natural*. O evento natural pode ocorrer sem a presença do homem, já o desastre natural pressupõe sempre danos para o homem.

Durante os eventos naturais provocados por precipitação de grandes volumes em curto espaço de tempo, entra em ação a outra importante etapa do Plano de Contingência em Inundação: as ações de respostas ao desastre.

Essas ações têm o propósito de promover a prestação de serviços de emergência e de assistência à saúde da população, com o propósito de manter a população abrigada em áreas e abrigos seguros, promover a redução de danos à saúde, restaurar o funcionamento dos serviços essenciais nas regiões, garantir os padrões de identidade e qualidade dos alimentos e medicamentos e insumos, a qualidade da água para consumo humano, a regularidade sanitária de estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, o monitoramento de doenças relacionadas às inundações, a educação em saúde e outras ações de Defesa Civil nos municípios ou nas comunidades atingidas pelos eventos adversos.

Setores envolvidos nessa fase

- Departamento Municipal de Saúde
- Departamento de Agricultura
- Departamento de OBRAS
- Departamento de Planejamento e Meio Ambiente
- Atenção Básica
- Assistência Farmacêutica
- SAMU
- Vigilância Sanitária
- Vigilância Epidemiológica



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

Ações do Setor saúde nessa fase:

- ▶ Vistorias, fiscalizações, remoção de feridos ou intoxicados, tratamento médico-hospitalar, remoção de lixo e entulhos, destino final adequado de animais de pequeno e grande porte mortos, limpeza e desinfecção de edificações e caixas d'água, cuidados com abrigos, controle da qualidade de alimentos, medicamentos, insumos farmacêuticos, água para consumo humano, orientações, educação sanitária, controle, determinações, normatizações ou quaisquer outras ações relativas aos itens abaixo:
- ▶ Fiscalização de estabelecimentos que armazenam, comercializam, manipulam e forneçam alimentos que tenham sido expostos às inundações, efetuando a remoção e destino final adequados imediata dos produtos sujeitos a tais situações;
- ▶ Fiscalização de estabelecimentos que armazenam, comercializam, manipulam e forneçam medicamentos, materiais, produtos médico-hospitalares e insumos farmacêuticos que tenham sido expostos às inundações, promovendo a imediata remoção e destino final adequado dos produtos que tenham sido expostos a essa situação;
- ▶ Fiscalização de Serviços de Saúde e de interesse da saúde;
- ▶ Fiscalização do tratamento e destino final adequados de efluentes sanitários dos sistemas atingidos pelas inundações.
- ▶ Monitoramento conjunto com os órgãos/instituições de meio ambiente em áreas afetadas por produtos químicos liberados para o meio ambiente durante as inundações;
- ▶ Restrição do acesso da população em áreas caracterizadas por contaminação com produtos químicos;
- ▶ Fiscalização da remoção e confirmação do destino para aterros industriais, de materiais, resíduos, alimentos e bebidas que tenham entrado em contato com produtos químicos durante as inundações;
- ▶ Estabelecer controle especial para reduzir os riscos com a utilização/exposição a produtos desinfetantes, praguicidas, saneantes e outras substâncias, produtos e insumos que tenham sido expostos às águas das inundações e perdido suas rotulagens e instruções de uso, orientando seu descarte de acordo com a legislação em vigor;
- ▶ Avaliar e encaminhar solicitação à área técnica responsável do município, para apresentação de medidas voltadas para a solução/recuperação rápida da frequência da coleta de resíduos sólidos orgânicos e de serviços de saúde que tenha sofrido interrupção ou redução devido ao evento adverso;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- ▶ Discutir com os setores próprios da Gestão Municipal a necessidade da adoção de serviços de coleta dos entulhos (móveis, utensílios e outros) destruídos pelas inundações;
- ▶ Estabelecer com a área de limpeza urbana do município atingido, a necessidade de intensificar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos nos abrigos e áreas críticas/vulneráveis, evitando o acúmulo de lixo;
- ▶ Verificar as condições de operação dos sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos e industriais (aterros sanitários, áreas de transbordo, etc.), especialmente quando atingidas por inundações;
- ▶ Identificar áreas potenciais para reservatórios, proliferação de vetores e abrigos de animais peçonhentos;
- ▶ Desenvolver medidas de controle de roedores e outros vetores, especialmente nos abrigos;
- ▶ Disponibilizar aos técnicos e aos municípios afetados as Notas Técnicas e os Informes destinados a encaminhar as medidas adequadas para controle da exposição a vetores e animais venenosos e peçonhentos, assim como orientar para com os cuidados e assistência necessários;
- ▶ Controle rigoroso dos mananciais de superfície e subterrâneos que possam ter sido atingidos pelas inundações liberados para o meio ambiente, certificando-se de sua qualidade ou determinando a proibição de utilização até que se possa confirmar tecnicamente a possibilidade de uso;
- ▶ Emissão de Notas Técnicas à população, esclarecendo a necessidade de interdição dos mananciais, frente à situação provocada pelo evento adverso;
- ▶ Fiscalização das condições operacionais do sistema de abastecimento de água, exigindo da concessionária a demonstração documental da regularidade da operação da ETA e da qualidade da água destinada ao consumo da população;
- ▶ Fiscalização da qualidade da água retirada de fontes alternativas de abastecimento e destinada ao consumo da população;
- ▶ Distribuição de Hipoclorito de Sódio 2,5% para tratamento da água proveniente de fontes alternativas, caso o fornecimento de água tenha sido interrompido;
- ▶ Identificar áreas com estrutura danificada pela enchente e de risco para acidentes (choques elétricos, explosões, incêndios, vazamentos, etc.), encaminhando à autoridade competente da Defesa Civil para que promova a interdição formal do local até a normalização da situação;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- ▶ Fiscalização/orientação de abrigos coletivos (caso tenham sido ativados), atentando para os cuidados com alimentação, água, resíduos sólidos e efluentes sanitários.
- ▶ Disponibilização de equipes médicas (incluindo saúde mental), equipes de enfermagem, equipes da Vigilância em Saúde (Sanitária e Epidemiológica, especialmente) para trabalhos diários nos abrigos, enquanto permanecer a ocupação dessas estruturas;
- ▶ Intensificação das ações de Vigilância Epidemiológica até o restabelecimento da normalidade, adotando uma vigilância ativa e buscando a notificação outras providências imediatas para controle das doenças típicas dessas ocasiões (doenças respiratórias, tétano acidental, acidentes com animais peçonhentos e não peçonhentos, hepatite A, doenças diarreicas, leptospirose), além de outras que possam ocorrer.
- ▶ Fiscalização/orientação para o enterramento de animais mortos em decorrência das inundações, em local adequado e com prioridade sobre outras situações de limpeza e remoção de lixo e entulhos, usando todo tipo de mão de obra e maquinário disponíveis;
- ▶ Desenvolvimento de ações voltadas para a proteção da Saúde do Trabalhador exposto aos riscos gerados pelos trabalhos de campo, nos abrigos e ambulatórios;
- ▶ Promover atendimento ambulatorial às pessoas afetadas pelo desastre;
- ▶ Sensibilizar a rede para as medidas de intervenção direta nos casos suspeitos de doenças de veiculação hídrica e de transmissão por alimentos, leptospirose, doenças respiratórias, acidentes com animais peçonhentos e não peçonhentos, tétano acidental, hepatite A e outras típicas de situações adversas provocadas por inundações;
- ▶ Definir exames para confirmação diagnóstica dos principais agravos relacionados aos eventos adversos provocados pelas inundações;
- ▶ Fortalecer as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos estratos populacionais específicos atingidos direta ou indiretamente pelos eventos adversos.
- ▶ Implementar os cuidados com a Saúde Mental, caso os eventos adversos tenham provocado danos à saúde e às estruturas das comunidades atingidas pelo evento;
- ▶ Desenvolver ações de Educação em Saúde relativas aos cuidados com a saúde das populações atingidas pelas inundações;
- ▶ Difundir amplamente orientações à população atingida para a volta às casas, caso as famílias tenham sido removidas para abrigos ou desalojadas de suas habitações e estejam em casas de parentes e amigos, alertando-as para os riscos de contaminações, choques elétricos ou traumas provocados por quedas, cortes com objetos perfurantes e



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

cortantes contaminados, acidentes com animais peçonhentos ou não peçonhentos e outros.

- ▶ Compor Central de Informações (para mídia, profissionais de saúde, população), para difundir informações sobre o evento, medidas de controle, locais de atendimento à população atingida, cuidados gerais necessários, etc.
- ▶ Desenvolver atividades de acompanhamento de evento crítico de ocorrência gradual, com ênfase maior para estiagens prolongadas, em que ocorrer escassez pronunciada de água para dessedentar pessoas e animais, através de visitas “*in loco*”, para avaliar a necessidade de atendimento em cada unidade familiar.



7.3 - Pós-evento (Recuperação de Cenários)

A reabilitação dos cenários atingidos por eventos adversos depende de ações interativas desencadeadas pelo Poder Público e pelos órgãos responsáveis pela reativação dos serviços essenciais no menor tempo possível, e consistem em obras de reconstrução desenvolvidas a pequeno, médio ou longo prazo, com o objetivo de garantir o retorno às condições de normalidade nas áreas de comunicação, energia elétrica, água e esgoto, resíduos sólidos, trafegabilidade, habitabilidade e outros das áreas atingidas.

Setores envolvidos nessa Fase:

A atuação principal nessa fase é dos setores de engenharia e obras do município, do estado e mesmo da união, porém algumas obras de recuperação necessitam da fiscalização e análise de projetos (especialmente os hidro sanitários), para observação e cumprimento do que determina a legislação da Vigilância Sanitária em vigor.

- Setores da Saúde envolvidos nessa Fase
 - Departamento Municipal de Saúde (Administração)
 - Vigilância Sanitária
 - Vigilância Epidemiológica
- **Ações dessa fase:** Vistorias, fiscalizações, orientações, controle, determinações, normatizações ou quaisquer outras ações relativas aos itens abaixo:
 - ▶ Análise de Projetos, fiscalização, orientação e controle dos processos de reabilitação dos serviços essenciais de abastecimento de água para consumo humano;
 - ▶ Acompanhamento dos processos de reestabelecimento de energia elétrica, cuja falta impacta na perda dos padrões de identidade e qualidade dos produtos alimentícios, medicamentos e insumos farmacêuticos a serem disponibilizados para a população;
 - ▶ Fiscalização das atividades de reabilitação total das áreas deterioradas pelo evento adverso, incluindo remoção das camadas de solo eventualmente contaminadas por produtos químicos, biológicos e outros;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- ▶ Avaliação da qualidade das águas de rios e outros cursos d'água eventualmente atingidos pelo extravasamento de produtos químicos ou biológicos durante as inundações;
- ▶ Acompanhamento dos processos de restauração dos serviços de coleta, destinação e tratamentos dos resíduos sólidos gerados pela população no município;
- ▶ Acompanhamento do processo de restauração das drenagens pluviais, sistemas de esgotamento sanitário e contenção de encostas em áreas de riscos de deslizamentos;
- ▶ Acompanhamento do processo de reabilitação total das áreas deterioradas e das habitações;
- ▶ Acompanhamento dos processos de desobstrução de rios, canais e áreas de drenagem naturais, para evitar água parada nos locais do evento;
- ▶ Desenvolvimento de ações da Vigilância Epidemiológica para monitoramento da evolução das doenças típicas dos eventos adversos provocados por inundações e as demais condições relacionadas com a manutenção da saúde da população;
- ▶ Outras ações de importância sanitária e epidemiológica.

7.4 – A Volta às Casas

O retorno as casas após os eventos adversos provocados por inundações servem de alento às pessoas afetadas pelo desastre, por poderem retornar ao que é seu, mesmo que tenham perdido muitos dos bens adquiridos.

O retorno das pessoas para as residências atingidas às expõe a uma série de riscos relacionados com os possíveis danos causados às estruturas das casas, ao contato com a água e a lama das inundações, contaminadas, à rede energizada das residências, à presença de animais peçonhentos, aos cortes e ferimentos provocados por objetos contaminados e outras situações que podem provocar agravos à saúde. Dessa forma, devem-se repassar as seguintes orientações a respeito dos cuidados que devem ser observados pela população na volta às casas:

- Observar se as estruturas das casas oferecem condições para habitação;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- Verificar se a energia elétrica está desligada. A orientação à população é que, caso possível, no momento em que sair de casa, seja feito o desligamento de todos os disjuntores, para evitar que as fiações umedecidas pelas inundações provoquem curto circuitos e choques elétricos graves, com danos secundários à saúde das pessoas;
- Caso não tenha sido feito o desligamento dos disjuntores ao sair, fazer o desligamento dos mesmos antes de acessar a habitação, usando calçado de borracha e instrumento apropriado para não tocar diretamente nos interruptores;
- Com a energia desligada, lavar todas as tomadas, bocais de lâmpadas e interruptores que tenham entrado em contato com as águas, somente religando a energia quando se certificar que todos esse pontos estiverem absolutamente secos;
- Verificar se o abastecimento de água se normalizou;
- Tomar cuidados especiais com a presença de animais venenosos e peçonhentos (lagartas, cobras, aranhas, escorpiões) no interior da residência e dentro de mobiliários, calçados, etc...
- Não colocar as mãos em buracos ou frestas. Usar ferramentas como enxadas, cabos de vassoura e pedaços compridos de madeira para mexer nos móveis para verificar a existência de animais venenosos ou peçonhentos;
- Não tocar em animais venenosos ou peçonhentos mesmo que pareçam estar mortos, pois eles podem ainda ser prejudiciais à saúde;
- Não entrar em contato com a água e lama contaminada. Usar botas e luvas de borracha, evitando dessa forma ferimentos que podem causar o tétano ou a contaminação por leptospirose, além de outras doenças relacionadas a esse tipo de evento;
- Lavar e esfregar toda a casa com solução de hipoclorito de sódio ou água sanitária, ambos na proporção de 2 litros de desinfetante para 1.000 litros de água;
- Fazer a limpeza e desinfecção das caixas d'água;
- Remover o lodo, os entulhos e o lixo dos quintais, colocando-os em frente às casas para serem recolhidos pelos serviços de coleta e destino final executados pelos serviços públicos. A coleta deve ser rapidamente reativada para evitar que os entulhos, lixo, lodo, animais mortos, etc retornem aos rios, provocando o açoreamento e a possibilidade de novas inundações;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- Fazer a verificação da situação dos sistemas individuais de destino final de dejetos. Se estiverem destruídos ou danificados, promover sua reconstrução. As equipes da Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental repassarão as instruções necessária para a reconstrução desses sistemas;
- Providenciar a distribuição de Hipoclorito de Sódio 2,5% à população afetada, para garantir a desinfecção da água para consumo, até que a distribuição seja normalizada pela concessionária.

8 – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA INTERVENÇÃO

8.1 - Ações de Avaliação

Esta fase se inicia com o fim da Fase de Recuperação e encerra as atividades relacionadas à execução em campo.

Atividades executadas

- a) Desativação do Gabinete de Crise (os Itens **a, b, c** ocorrem quando os monitoramentos comprovarem que não ocorrerão mais precipitações pluviométricas importantes – ou que estas sejam menores ou iguais a 10 mm/dia – quando os rios da região retomarem seus níveis normais e quando os escorregamentos de terra ou pedras estiverem estabilizados e não oferecerem mais riscos à população).
- b) Desativação do COES
- c) Desmobilização das Equipes
- d) Avaliação e levantamento de todos os dados relacionados com a execução do Plano de ação
- e) Tabulação dos dados recolhidos durante a ação
- f) Avaliação das atividades executadas e possíveis correções
- g) Montagem dos Relatórios
- h) Entrega dos Relatórios à Coordenação Geral
- i) Utilização dos dados colhidos durante as atividades realizadas para controle do evento adverso, para aprimoramento do Plano de Contingência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



9 - INFORMAÇÕES À COMUNIDADE

A redução de danos materiais e agravos à saúde durante a ocorrência de eventos adversos provocados por inundações podem ser otimizados pela utilização de comunicação adequada e inteligível, para divulgar as instruções relativas aos procedimentos que se verificam necessários nessas situações. Sem informações não é possível identificar, planificar e monitorar as ameaças; avaliar os riscos ou responder adequadamente a um desastre. Utilizar, nesse contexto, todos os meios de comunicação disponíveis, tanto para de alertas antecipados sobre eventos adversos, quanto para disseminação de notas técnicas, informes e instruções ao corpo técnico e à população para procedimentos necessários para preservação da vida e possível preservação dos bens materiais, para controle de surtos epidêmicos e outras doenças de importância epidemiológica, é decisivo em situação de anormalidade climática. Sendo que as informações sobre o evento adverso, previsões de ocorrências, número de abrigados, doentes, feridos, desaparecidos e outras de relevância para a população, cabe aos Gestores Municipais, Estaduais e da Defesa Civil repassar à imprensa e aos órgãos correlatos.

10 - CAPACITAÇÕES

As equipes técnicas do município serão capacitadas pelos diversos agentes, sob a coordenação e cooperação da COMPDEC. Juntamente com as capacitações técnicas e teóricas serão acoplados módulos de simulados, que consistem na reprodução de uma situação adversa, envolvendo todas as instituições afins.

Os simulados serão realizados nas áreas de risco identificadas pelos gestores municipais e envolverão as comunidades recorrentemente afetadas, para que estas possam ter o conhecimento dos procedimentos necessários para a mitigação de danos, quando da ocorrência de inundações em suas localidades.

11 – RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

A Coordenação Municipal de Proteção de Defesa Civil, com o apoio dos Departamentos e dos Setores da Administração Pública Municipais direta, ou indiretamente envolvidos com o público afetados pelo desastre:

- Departamento Municipal de Saúde
- Coordenação de Vigilância Sanitária
- Coordenação de Vigilância Epidemiológica
- Coordenação de Vigilância Ambiental
- Coordenação de Atenção Básica
- Coordenação de Assistência Farmacêutica
- Departamento Municipal de Administração
- Equipe de Apoio a Projetos
- Departamento Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
- Setor Técnico em Gerenciamento do Plano Diretor
- Setor Técnico de Avaliação Ambiental
- d. Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos
- Equipes de Execução de Obras Urbanas e Rurais.
- e. Departamento Municipal de Agricultura

12 – LOGÍSTICA

12.1 – Veículos

Todos os veículos ficarão distribuídos entre as equipes de trabalhos.

A partir da ativação do estado de alerta os veículos permanecerão abastecidos, preparados e enviados para os locais definidos pela Coordenação Municipal Geral de Defesa e Proteção Civil, em conjunto com os Diretores dos Departamentos e pelas áreas específicas atuantes no evento.

12.2 – Relação dos veículos disponíveis (Anexo V)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

12.3 – Equipamentos de comunicação:

As equipes terão como principal meio de comunicação o telefone celular, podendo ser utilizado à comunicação via Wake Talk no caso de interrupção das comunicações usuais.

12.4 – Materiais e Equipamentos

- Lanterna
- Luvas
- Máscaras
- Capas de chuva
- Botas de Borracha
- Bonés
- Pás
- Enxadas
- Enxadões
- Carrinhos de mão
- Canoas a remos e motorizadas
- Cordas
- Canetas
- Pranchetas
- Outros



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

13 - PLANO DE CHAMADA

O Plano de Chamada deverá ser preenchido com os nomes, telefones institucionais e telefones residenciais, que permitam que os responsáveis pela execução do Plano de Contingência sejam localizados a qualquer momento e assumam suas posições de comando para o gerenciamento da crise.

O Plano de Chamada deverá ser atualizado semestralmente e permanecer disponível para os gestores do município.

QUADRO 03. DEMONSTRATIVO DOS AGENTES MUNICIPAIS RESPONSÁVEIS NO PLANO DE CONTINGÊNCIA EM DEFESA CIVIL, DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA.

Nome	Celular Institucional	Celular Particular	Residencial
Coordenador Municipal de Defesa Civil 47 3542 0151		(47) 9 8896 4408	
Diretor do Departamento de OBRAS		(47) 9 9966 9508 3542 0	
Diretor do Departamento de Agricultura		(47) 9 9704 0980 3542 0151	
Diretor do Departamento de Administração		(47) 9 9888 1125 3542 0166	
Diretor do Departamento de Planejamento e Meio Ambiente 47 3542 0166		(47) 9 8819 2129	
Diretor do Departamento de Educação 47 3542 0166		(47) 9 8829 9426	
Coordenador Municipal de Esportes		(47) 3542 0130	
Diretor Municipal de Saúde 47 3542 0480 3542 0326 3542 0410 3542 0410		(47) 9 922 1196 9 9977 8115	
Coordenadora de Assistência Social		(47) 9 9662 6678	
Assistente Social		(47) 9 9998 7675	
Vigilância Sanitária (47) 3542 0450		(47) 9 8848 6570	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Vigilância Epidemiológica		(47) 3542 0326	
---------------------------	--	----------------	--



14 - RELACIONAMENTO COM OUTROS PLANOS

O Plano Municipal de Contingência – PLAMCON para Processos Geológicos, Hidrológicos e Meteorológicos deverá trabalhar de forma articulada com outros planos existentes no município e no estado, especialmente com o Plano de Contingência em Saúde e Assistência Social e com os demais planos de cada Setor, sem deixar de promover a integração com outros das áreas governamentais e não governamentais que possam contribuir no controle dos danos e prejuízos a população.

15 - MANUTENÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

A elaboração deste Plano de Contingência e seus anexos objetiva a melhoria dos exercícios e treinamentos, procedimentos para avaliação das emergências, da definição da responsabilidade para obtenção de informações. A atualização da Análise de Riscos, a revisão e a complementação do plano será de responsabilidade da equipe atual, com objetivo de manter sempre em harmonia com a realidade local. Deve levar em consideração a versão inicial, devendo esta revisão incluir técnicos das demais áreas afins para troca de informações e experiências que venham a resultar em maior capacidade de atuação das equipes técnicas dos diversos setores envolvidos para criar condições elevando níveis de proteção de defesa da população da área com potencial de risco de inundação e suas ocorrências correlatas.

16 - INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

16.1 - Poder Público

- Defesa Civil Municipal e Estadual;
- Corpo de Bombeiros; Representantes do Poder Executivo Municipal: Prefeito, Secretários, Assessores;
- Polícia Civil;
- Polícia Militar;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- Forças Armadas;
- Departamentode Estado da Saúde;
- Departamentode Estado de Desenvolvimento Sustentável;
- Fundação do Meio Ambiente - IMA;
- Departamentode Estado da Educação;
- Departamentode Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação;
- Celesc;
- CASAN ou Concessionárias de Água e Esgoto Municipais;
- Epagri;
- Cidasc;
- Vigilâncias Sanitárias e Epidemiológicas Municipais (Coordenação e Técnicos);

16.2 – Entidades Civis

- Conselhos Regionais de Classe (CREA, COREN, CRF, outros);
- Associação de Radioamadores de Santa Catarina;
- Instituições Religiosas;
- Associações de Moradores;
- Conselhos Comunitários;
- Associações Comerciais e Industriais;
- Outros.



17 - DEFINIÇÃO DE TERMOS

- **Alagamentos⁴** – De acordo com Castro (2003), consistem no acúmulo de águas no leito das ruas e nos perímetros urbanos devido à ocorrência de fortes precipitações pluviométricas, em cidades com sistemas de drenagem deficientes ou inexistentes. Nos alagamentos, o extravasamento das águas depende muito de uma drenagem eficiente, que consiga dar vazão às águas acumuladas. Cerre (1999, p. 141-142), afirma que os alagamentos caracterizam-se pela incapacidade de drenagem das águas da chuva, em razão da topografia muito suavizada, da insuficiência ou inexistência de sistemas de captação de águas pluviais, ou de ambas.
- **ANA** - Agência Nacional de Águas - Mapas Hidro;
- **Animais Peçonhentos** – São aqueles que possuem glândulas de veneno ligadas a canais aos dentes ocos, ou ferrões, ou agulhões, por onde o veneno passa ativamente. Ex.: serpentes, aranhas, escorpiões, abelhas, arraias.
- **Áreas com ocupações urbanas consolidadas** - São aquelas onde existe um arreamento (sistema viário) implantado, pavimentado ou não, e que tenha também mais de 12 habitantes por hectare. Alguns outros itens somam-se a esse para caracterizar uma área como consolidada, entre eles energia elétrica e água encanada.
- **COES - Centro de Operações de Emergências em Saúde** - Grupo Multidisciplinar e Inter setorial, constituído por Portaria do Secretário de Estado da Saúde, destinado a integrar as ações e serviços de saúde para atuação em situações de emergência e estado de calamidade pública, com o objetivo precípuo de elaborar planos de preparação e resposta do setor saúde, por tipologia de desastre, contemplando todas as áreas de SES, em consonância com as diretrizes do SUS.
- **CEMADEN** – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, do Ministério da Ciência, tecnologia, Inovações e Comunicações;
- **CIRAM** – Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidro-meteorologia de Santa Catarina;
- **CPTEC** - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Sistema de Radares da Defesa Civil Estadual;
- Estações Meteorológicas Municipais;
- **Estações Pluviométricas e Fluviométricas** Municipais ou de outras instituições afins.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- **Estado de Calamidade Pública** - Situação anormal decretada em razão de desastre, que provoca alteração intensa e grave das condições de normalidade de um determinado município ou região, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta em razão da magnitude dos danos, requerendo auxílio direto e imediato do estado ou da União para as ações de socorro e de recuperação.
- **Enchentes ou Inundações Graduais²** - São eventos resultantes da incapacidade temporária de um rio, córrego e outros cursos de água, de conter em sua calha normal o volume de água por ele recebido em ocasiões de chuvas prolongadas, ocasionando o extravasamento da água excedente em áreas de planície que normalmente não se encontram submersas.
- **INMET** – Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- **Inundações bruscas ou enxurradas³** - De acordo com Castro (2003), são provocadas por chuvas intensas e concentradas, caracterizando-se por produzirem súbitas e violentas elevações dos caudais, que escoam de forma rápida e intensa. Muitas vezes, ocorrem associadas a áreas mais íngremes e em bacia de tamanho médio ou pequeno, sendo que a inclinação do terreno, ao favorecer o escoamento, contribui para intensificar a torrente e causar danos. As enxurradas possuem pico agudo, com ascensão e descenso muito rápidos, surpreendendo por sua violência e menor previsibilidade, provocando danos materiais e humanos mais intensos do que as inundações graduais. Dessa forma, a diferença básica entre enchente e enxurrada diz respeito ao tempo que a água leva para extravasar. Se o tempo for curto (precipitação intensa em um período curto de tempo) a inundação é classificada como enxurrada.
- **Institutos Meteorológicos, Hidrológicos e Geológicos⁴** - Instituições destinadas a promover a previsão de eventos adversos no território brasileiro.
- **Mitigação** – O processo de mitigação consiste em uma intervenção humana destinada a promover a redução das consequências ou efeitos de um impacto provocado por um desastre em uma determinada comunidade, município, região ou estado.
- **Situação de Emergência** - Situação anormal, decretada em razão de desastre, que embora não excedendo a capacidade inicial de resposta de um município ou região atingida, requer auxílio complementar do estado ou da União para as ações de socorro e de recuperação.



18 – REFERÊNCIAS, LEGISLAÇÃO E ATOS CORRELATOS

O Plano Municipal de Contingência – PLAMCON para Processos Geológicos, Hidrológicos e Meteorológicos do município de Agronômica, Santa Catarina está embasado na legislação federal, estadual, municipal, notas técnicas e alertas para o desenvolvimento de atividades das equipes de trabalho do poder público e das demais entidades, antes, durante e após as situações de emergência e estado de calamidade pública:

Este arcabouço de regras visa embasar as ações e dar fundamento e amparo legal aos procedimentos necessários para realizar tarefas destinadas a reduzir os riscos, mitigar os efeitos das inundações na área suscetível e tornar eficiente a aplicação deste Plano de Contingência – Módulo Inundação.

REFERÊNCIAS, LEGISLAÇÃO E ATOS CORRELATOS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Brasília – DF.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC. Autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.
- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm>. Acessado em novembro de 2015.
- BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010. Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm>.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

- BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011 (regulamentado pela Portaria nº 2.952, de 14 de dezembro de 2011): Dispõe sobre a declaração de Emergência em Defesa Civil de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN-SUS. “*A declaração de Emergência em Defesa Civil de Importância Nacional – ESPIN ocorrerá em situações que demandem o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à Defesa Civil. . .*”. (Art. 2º).”;
- BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010. Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.378, de 9 de julho de 2013. Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1378_09_07_2013.html>.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Departamento Nacional de Defesa Civil. Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres. 3. ed. Brasília: MI, 2009.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Departamento Nacional de Defesa Civil. Manual para decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública. 2. ed. Brasília: MI, 2005.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil – CPRM Departamento de Gestão Territorial – DEGET Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa Agronômica – Santa Catarina. Setembro, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Mudanças climáticas e ambientais e seus efeitos na saúde: cenários e incertezas para o Brasil. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 40p: il.
- BRASIL. GEACAP/MINTER. Calamidade Pública e Defesa Civil. Legislação. [S.l.]: Ministério do Interior – Departamento Geral – GEACAP, 1978.
- BRASIL. Departamento Nacional de Defesa Civil. Manual de Orientações para a produção de planos de contingências de proteção e defesa civil (PLANCON), Brasília, agosto de 2012.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional, Departamento de Defesa Civil. Manual de Planejamento em Defesa Civil, Brasília, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Volumes I e II.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- CEPED/UFSC . Atlas brasileiro de desastres naturais: 1991 a 2012. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres. 2 ed. Florianópolis : CEPED/UFSC, 2013. 168 p.
- CEPED/FIOCRUZ. Guia de Preparação e Respostas do Setor Saúde aos Desastres. CEPED/FIOCRUZ. 2015.
- SANTA CATARINA. Departamento de Estado da Defesa Civil. Gestão de Desastres, Florianópolis, 2012.
- SANTA CATARINA. Departamento de Estado da Defesa Civil. Gestão de Risco de Desastres, Florianópolis, 2012.
- SANTA CATARINA. Departamento de Estado da Defesa Civil. Procedimentos Administrativos e Jurídicos em Defesa Civil, Florianópolis, 2012.
- Nota Técnica nº 001/DIVE/SES 2011 - Leptospirose Nota técnica nº 003/DIVS/SES 011 - Medicamentos Folder - Enchentes;
- Nota Técnica nº 0001/15/DIVS/SES - Resíduos de Medicamentos - Destinação final de medicamentos;
- Nota Técnica nº 08/2015 DIVE/SUV/SES – Orientações para as Gerências de Saúde referente à logística de soros anti-peçonhentos;
- NOTA TÉCNICA nº 05/2015/DIVE/SUV/SES - Assunto: Orienta sobre conduta e recomenda tratamento imediato frente aos casos suspeitos de leptospirose devido a qualquer forma de exposição, incluindo à ocorrência de enxurradas e alagamentos;
- ALERTA EPIDEMIOLÓGICO - Orientações aos Serviços de Saúde em situação de inundação. (Retirado do Plano de Contingência de Vigilância em Saúde frente a inundações/SVS/MS e Nota de Orientação DIVE) Atualizado em 17/07/2015.
- TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosângela do. (Orgs.) Desastres Naturais: Conhecer para prevenir. 2ª edição. São Paulo: Instituto Geológico, 2012
- FREITAS, C. M. e ROCHA, V. (org.). Agentes locais em desastres naturais: defesa civil e saúde na redução de riscos. FIOCRUZ : Rio de Janeiro. 2014. 169p.
- FREITAS, Eduardo de. "Economia de Santa Catarina "; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/economia-santa-catarina.htm>>. Acesso em 17 de abril de 2017.
- OPAS/MS. Desastres Naturais e Saúde no Brasil. OPAS/Ministério da Saúde : Brasília, DF. 2014. 49 p



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- OLIVEIRA, Marcos de. Sistema de Comando em Operações: Guia de Campo. Ministério da Integração Nacional, Departamento Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis, 2010.
- REVISTA ORDEM PÚBLICA ISSN 1984-1809 v. 9, n. 1, jan./jun., 2016 e 2237-6380 ACORS <http://www.acors.org.br/rop.emnuvens.com.br/Rop>
- <http://www.aquafluxus.com.br/situacao-de-emergia-e-estado-de-calamidade-publica/>
Acessado em 03 de maio de 2017
- <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=128> – Acessado dia 08/05/2017 às 10:40 horas.
- <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/farmacia/intoxica/6413> - acessado dia 08/05/2017 às 12 horas.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Biopsicologia> - Acessado dia 16/05/17 às 09:30 h.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

ANEXOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

ANEXO I

Relatório do CPRM – Serviço Geológico do Brasil

Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

ANEXO II

**Fichas Complementares de Análise de
Pontos Críticos e Eventos - CPRM**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

ANEXO III

Portaria COES



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

ANEXO IV

Material Informativo



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

ANEXO V

Relação de Veículos



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

ANEXO VI

Abrigos Coletivos



GERENCIAMENTO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS

1 – CONCEITO

Por definição, abrigos são instalações que proporcionam hospedagem a pessoas cujas comunidades e residências tenham sido afetadas por eventos adversos provocados por inundações, tornando-as impróprias temporária ou definitivamente para acesso ou habitação.

1.1 – Tipos de Abrigos

No caso de inundações, os abrigos são utilizados de forma temporária e podem ser:

- **Fixos:** Ex. Ginásios de Esporte, Escolas, Igrejas, Clubes, etc.
- **Móveis:** Ex. Barracas, tendas.

2 – PLANEJAMENTO DOS ABRIGOS

O planejamento dos abrigos deve ocorrer nos tempos de normalidade, visto que esse período possibilita aos setores responsáveis escolher o abrigo mais adequado quanto a localização e estrutura apropriadas, assim como obter maior eficiência na articulação e mobilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais acordados e disponibilizados pelos órgãos setoriais que são envolvidos na resposta aos eventos adversos.

O planejamento das edificações destinadas aos abrigos deve considerar o tipo de edificação, suas características (ventilação, tipo de cobertura, tipo de piso, etc.), condições de segurança estrutural, capacidade de acolhimento, etc., observando:

- A definição dos locais de abrigos entre as opções existentes (escolas, clubes, ginásios de esportes, igrejas, prédios públicos);
- Escolha de abrigos estabelecidos em locais próximos aos serviços essenciais e que facilite o acesso aos mesmos;
- Realização de vistoria e inventário preliminar das condições do espaço físico, especialmente dos possíveis riscos sanitários e ambientais na sua utilização;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- Avaliação das características de cada elemento da estrutura quanto à sua quantidade e qualidade (número e condições sanitárias dos banheiros, número de chuveiros, espaço disponível para instalação de cozinha comunitária e acondicionamento de alimentos, instalação de refeitórios, disponibilidade de espaço para área de lavação e secagem de roupas, etc.);
- Avaliação do espaço da edificação pretendida no que se refere à possibilidade de espaço para acomodação de famílias, facilidades para adequação dos espaços para instalação de idosos e pessoas com deficiência, área para guarda dos pertences dos abrigados, área de recreação, etc.;
- Verificação da existência e da qualidade de reservatórios de água potável compatíveis com o número de pessoas a serem abrigadas;
- Avaliação das condições de iluminação e circulação de ar;
- No planejamento para a montagem e a estruturação de abrigos temporários, devem constar as áreas que poderão ser ocupadas e também as equipes de trabalho, com suas atribuições e os recursos que poderão ser utilizados.

3 – LOCALIZAÇÃO DOS ABRIGOS

- Os abrigos temporários devem ser instalados em áreas seguras, distanciados das áreas críticas e das áreas de riscos intensificados de desastres;
- Os abrigos devem ficar distanciados de depósitos de lixo e outras instalações com geração de matéria orgânica, para evitar que atraiam vetores, especialmente insetos e roedores às áreas destinadas aos abrigados;
- Deve-se considerar na escolha dos locais dos abrigos temporários a topografia local. Esta deve facilitar o escoamento e a drenagem das águas de chuva, com objetivo de evitar que o terreno permaneça úmido e fique insalubre ou se torne lamacento e prejudique a condição de limpeza da área de acomodação das pessoas abrigadas;
- A localização dos abrigos não deve ser muito distante dos serviços essenciais de atendimento médico e os acessos viários devem manter as condições adequadas de trafegabilidade, favorecendo as chegadas e saídas especialmente das equipes de atendimento médico, da Vigilância em Saúde e da Assistência Social, assim como das equipes encarregadas dos abastecimentos de alimentação, água, roupas e agasalhos e outros;
- A localização de cada abrigo será geo-referenciada em mapas auto-explicativos, sendo indicados em mapas digitalizados que serão anexados a este Plano de Contingência à medida que o Plano Municipal for finalizado pelas equipes do município



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- Um histórico de inundações será elaborado, para que se produza na população a consciência da naturalidade dos eventos e da variação da intensidade no decorrer do tempo.

3.1.1 - Capacidade de Acolhimento

Nos abrigos temporários deverá ser observada a seguinte delimitação de espaço físico por pessoa:

3.2- Área coberta mínima de 4 m² por pessoa, em média. Além desse parâmetro, atentar para outros Indicadores Mínimos exigidos (Normas mínimas de resposta humanitária em situações de desastres – Projeto Esfera, ONU, 1997):

3.2.1 - Indicadores Mínimos

- Dormitório 2m²/pessoa;
- Setor de triagem: 20 m²/pessoa;
- Refeitório: 1,5m² /pessoa.
- 1 sanitário para cada 20 pessoas;
- 1 lavatório para cada 10 pessoas;
- 1 chuveiro para cada 25 pessoas;
- 1 tanque de lavar roupas para cada 40 pessoas;
- Espaço recreativo: 1,5 m²/ pessoa.

Obs.: Os abrigos temporários, dado o seu caráter de excepcionalidade, talvez não atendam a integralidade dos Indicadores Mínimos estabelecidos pela ONU. Isso, no entanto, não impedirá a sua utilização para a finalidade prevista, caso não haja outro espaço disponível que ofereça condições estruturais de segurança aos abrigados, mas naturalmente haverá decréscimo na qualidade do serviço prestado. Para suprir essas deficiências, as equipes técnicas deverão propor sugestões para solução dos problemas encontradas.

4 – ACIONAMENTO DOS ABRIGOS TEMPORÁRIOS

- Para a mobilização dos Abrigos Temporários as equipes destacadas para atuação durante a ocorrência dos desastres realizam os primeiros contatos, ainda na fase de alerta, com a equipe de gerenciamento dos abrigos pré-selecionados, para informá-la da possível necessidade de utilização da edificação para alojamento das pessoas que serão evacuadas das regiões de vulnerabilidade.
- Tal medida antecipada permite reunir e concentrar, de forma ordenada, os recursos institucionais, humanos, econômicos e materiais para instalação do abrigo temporário.



5 - Organização dos Abrigos Temporários

A responsabilidade pela administração dos abrigos provisórios é do setor de Assistente Social do Município; cabe ao gestor municipal, especificamente ao órgão da Defesa Civil, sob forma de cooperação, ser organizado pelos órgãos estaduais e/ou federais de Defesa Civil, como também por entidades públicas ou privadas.

A prática demonstra que a regulamentação do funcionamento dos abrigos deve ser debatida e aprovada pelos representantes da Defesa Civil e da comunidade apoiadora, com uma clara definição dos papéis a serem desempenhados por cada um, em prol de toda a comunidade abrigada. A rígida observação dos valores morais, da ética, dos sentimentos solidários, da boa vontade e da manutenção da estrutura familiar dentro dos abrigos serão os pilares da convivência em um grupo com tão alto nível de estresse e contribuem para a harmonização do ambiente

5.1 – Da Organização

5.1.1 - Gerenciamento dos Abrigos Temporários

O Gerenciamento de Abrigos Temporários deverá possuir uma estrutura organizacional simples, direta e eficaz, voltada a promover o uso dos recursos, serviços e materiais disponíveis de forma absolutamente racional e controlada, oferecendo ao mesmo tempo os melhores serviços possíveis à população abrigada.

A estrutura gerencial deve contemplar:

Gerente ou responsável pelo Abrigo*;

Encarregado pela equipe de Planejamento;

Encarregado pela Equipe de Recepção, Triagem e Cadastramento;

Encarregado pela Equipe de Operações e Logística;

Encarregado pela Equipe da Saúde;

Encarregado pela Equipe da Assistência Social;

Encarregado pelo Setor de Recursos Materiais;

Encarregado pela Equipe de Educação em Saúde



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

* O Gerente ou Encarregado do Abrigo, além da responsabilidade pela organização e coordenação das equipes das várias áreas, tem ainda a incumbência de manter contato permanente com os gestores públicos envolvidos no controle dos desastres, manter controle absoluto sobre todas as atividades desenvolvidas no abrigo, assim como as intercorrências, conhecer ou buscar conhecimento sobre a realidade da comunidade á qual pertence a população abrigada, mediar os conflitos internos eventualmente gerados pelos abrigados e tomar as medidas necessárias para a recondução da população abrigada à rotina de suas vidas cotidianas.

5.1.2 - Programação de Atividades - Equipe de Planejamento

Essa equipe tem a função de efetuar o planejamento das atividades a serem desenvolvidas nos abrigos em períodos semanais, repassando as orientações, após, às demais equipes atuantes.

Entre suas atribuições, estão:

- Definição da divisão igualitária dos espaços entre familiares e vizinhanças nos abrigos;
- Estabelecimento de medidas que minimizem o tempo de permanência dos desabrigados e desalojados;

Elaboração das rotinas diárias do abrigo, incluindo programação de horários de refeições, limpeza das instalações, restauração de danos, etc.

5.1.3 – Triagem e Cadastramento - Equipes de Recepção

As equipes do setor de recepção atuantes nos abrigos temporários desenvolvem uma das principais atividades dentro do contexto dos desastres, devido ao fato de que as triagens socioeconômicas que realizam permitem dimensionar parte do desastre vivenciado, que, ao ser juntado aos demais documentos das atividades desenvolvidas em todo o teatro de operações, demonstrarão o real dimensionamento do evento adverso.

O cadastro das pessoas abrigadas deve ser realizado da forma mais prática possível, sem deixar de ser completo, devendo ser permanentemente atualizado. Seu objetivo básico é o de informar o número total de pessoas recebidas no abrigo sendo que nas fichas de cadastramento, além da identificação de todas as pessoas pertencentes ao grupo familiar unilocular, com idade e grau de parentesco, devem constar:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- A localização do domicílio afetado e o nível de danos sofridos pelo mesmo, caso possível no momento;
- Os demais danos materiais sofridos pela família;
- Os bens que a família conseguiu salvar;
- As principais aspirações imediatas do grupo familiar;
- As aptidões do grupo para atingirem estas aspirações;
- As necessidades mínimas de apoio para conseguirem ser bem sucedidos.

O local para realização do cadastramento deve ter espaço mínimo de 12 m² e instalado de forma a ser a única via de entrada e saída de pessoal, que deve se identificar ao entrar, evitando dessa forma a circulação de pessoas estranhas no local, salvo se autorizadas pelos responsáveis. A entrada de bebidas alcoólicas, drogas, armas brancas e armas de fogo devem ser absolutamente proibidas de entrar nos abrigos.

As Equipes da Recepção devem ter a seguinte composição mínima:

- Um Encarregado;
- Um responsável pelo controle da entrada e saída de pessoas do abrigo;
- Um responsável pelo cadastro;
- Um responsável pelo acautelamento de bens;
- Um responsável pela disposição dos animais;
- Um responsável pelo almoxarifado.

Após a realização do processo de triagem e o cadastramento dos abrigados, todas as pessoas cadastradas permanecem referenciadas com seus grupos familiares uniloculares. Nessas situações as mães de família representam os grupos familiares nas atividades domésticas de limpeza dos abrigos e outras atividades afins, enquanto que os pais são instados a realizar afazeres relativos à manutenção dos abrigos.

5.1.4 - Acomodação das famílias - Equipe de Operações e Logística

A equipe de logística é responsável pela disponibilização dos recursos físicos e materiais aos abrigados, para uso nos abrigos. Entre suas atribuições estão:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- Instalação dos abrigos;
- Acomodação das famílias*;
- Recebimento de materiais e insumos;
- Entrega dos materiais e insumos às famílias;
- Recebimento, armazenamento, conservação e distribuição de alimentos aos abrigados;
- Elaboração e distribuição de Refeições aos abrigados;
- Controle de entrada e saída de recursos materiais;
- Recebimento, listagem e acautelamento de bens dos abrigados**;
- Definição de locais e realização de atividades de recreação;
- Organização dos horários para lavanderia e banho;
- Gerenciamento dos serviços de limpeza e higienização das instalações;
- Execução de ações de controle de insetos e roedores;
- Disposição de lixeiras e organização dos horários para retirada dos resíduos sólidos dos abrigos para coleta e destino final;
- Realização de manutenção das instalações;
- Escalação e gerenciamento dos serviços de segurança voluntária dos abrigos.

* As equipes responsáveis pela acomodação das famílias nos abrigos temporários são orientadas a buscar, dentro da medida do possível, o reforço dos laços de coesão familiar e até mesmo das relações de vizinhança e os compadres, que nessas ocasiões funcionam mais fortemente como unidades celulares do tecido comunitário.

A experiência tem demonstrado que quando é possível manter as relações familiares e interfamiliares em funcionamento dentro dos abrigos temporários, são fortalecidos os princípios éticos e morais dos indivíduos, mantendo-se dessa forma, dentro dos abrigos, os padrões comportamentais dos grupos sociais das comunidades onde viviam.

**Os bens de grande volume que ocupam espaço físico devem ser acautelados em local seguro, sendo:

- De responsabilidade da gerência do abrigo;
- Retirados mediante comprovante padronizado pela Gerência do Abrigo, quando o abrigado retorna à sua habitação.

5.1.5 – Atenção Básica - Equipes da Saúde



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

As equipes da Saúde desempenham as ações de promoção, prevenção e proteção da saúde dentro dos abrigos temporários, integrando suas ações com as demais equipes atuantes e permitindo, dessa forma, o controle das doenças e agravos típicos das ocasiões de desastres. A equipe de saúde é composta basicamente por:

Enfermeiro

Médico

Psicólogo

Sanitarista

5.1.6 - Educação em Saúde

Nas épocas de emergências e calamidades públicas as populações atingidas, desalojadas e desabrigadas ficam muito mais sensíveis às orientações das equipes de Defesa Civil. Esse momento é oportuno para aplicar os princípios da **Educação em Saúde**, enfatizando quais as principais doenças transmitidas através da água, lixo e esgoto; sobre a importância da vacinação de todas as faixas da população expostas a riscos e outros assuntos que poderão contribuir para a melhoria das condições de saúde das pessoas, além de influenciar sobremaneira na mudança de comportamento em relação às causas e às medidas de proteção associadas às enchentes.

A educação para a saúde deve prever conteúdos relacionados com:

- O controle da qualidade dos alimentos recebidos;
- O controle da água para a preparação dos alimentos;
- A limpeza das instalações e dos utensílios;
- O Gerenciamento adequado dos resíduos sólidos;
- O destino final adequado dos efluentes sanitários;
- O controle de insetos e de roedores;
- A preparação, conservação, distribuição e consumo de alimentos dentro das normas sanitárias;
- A higiene corporal da população abrigada, em especial dos responsáveis pela preparação dos alimentos.

5.1.7 - Atenção Psicossocial – Equipes da Assistência Social



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

As equipes da Assistência Social atuam dentro dos abrigos temporários durante os desastres, prestando apoio social e psicológico às pessoas afetadas pelas inundações, preparando-as para o recomeço de suas vidas nas próprias comunidades onde viviam ou em outras comunidades construídas em áreas *aedificandi* dentro do município.

Além disso, as equipes da Assistência Social deverão estimular as pessoas a voltarem à sua vida cotidiana, esclarecendo as pessoas abrigadas sobre o momento transitório que vivem – acolhidos nos abrigos provisórios mantidos pelo poder público, sendo esses encaminhamentos absolutamente necessários para evitar a acomodação das pessoas abrigadas e os estados depressivos que normalmente ocorrem nessas ocasiões. Essa equipe será formada por:

Assistente Social,

Psicólogo,

Técnico Psicossocial.



5.2 - Recursos Materiais

5.2.1 – Água

Água para uso geral: 80 litros/pessoa/dia;

Água potável: 2,0 a 2,5 litros/pessoa/dia.

É importante que os abrigos temporários disponham de reservatórios de água potável, com capacidade suficiente para suprir a demanda diária de todos os abrigados, considerando todas as suas necessidades básicas; caso o reservatório existente na planta original do abrigo, não seja suficiente para atender a demanda, instalar reservatórios adicionais, dotados de tampa e tela de proteção no ladrão, para evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*;

5.2.2 – Alimentos

Os alimentos disponibilizados aos abrigos devem ser:

- Verificados com relação à integridade das embalagens, prazo de validade, etc.;
- Estocados de acordo com recomendações dos fabricantes e orientações da Vigilância Sanitária;
- Manipulados e preparados conforme orientações da Vigilância Sanitária;
- Servidos aos comensais conforme determinam as exigências sanitárias;
- Se não existir possibilidade de manter sobras de alimentos sob refrigeração, deverá ser preparada apenas a quantidade de alimentos que serão consumidos em cada uma das refeições, para evitar que os alimentos possam provocar toxi-infecções alimentares;
- Quando possível, o alimento pode ser distribuído às famílias para que estas assumam a preparação de suas próprias refeições.

5.2.3 – Outros

Os materiais necessários para utilização na higienização diária dos abrigos são:

- Desinfetantes, detergentes;
- Sabões, sabonetes;
- Dentifrícios, escovas;
- Papel higiênico;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- Sacos de lixo, lixeiras;
- Outros.

Para a realização dos serviços de reparos de emergência* nos abrigos temporários, é necessário que se tenha em estoque algumas ferramentas e materiais básicos, como:

1. Tubos de PVC para água e esgoto;
2. Conexões para tubos PVC água e esgoto;
3. Tampas para Vaso Sanitário;
4. Chuveiros, resistências;
5. Torneiras, registros;
6. Lixas, colas, fita veda rosca;
7. Serra, martelo, pregos, chaves de fenda, chave grifo, chave inglesa;
8. Escada;
9. Outros.

* Preferencialmente, deve-se utilizar mão de obra dos próprios abrigados para os serviços de manutenção e reparos emergenciais. Aliás, as equipes de Assistência Social devem incentivar as pessoas que possuam habilidades em diferentes serviços a participarem não só dos reparos dos abrigos, mas também dos mutirões de reabilitação e de reconstrução de cenários, para que elas se sintam integrantes do processo de reconstrução de suas comunidades e suas habitações.

6 – OUTRAS AÇÕES IMPORTANTES PARA A ROTINA DOS ABRIGOS

- **Divulgação das Ações Desenvolvidas:** É importante que os desabrigados sejam informados sobre as ações que estão sendo realizadas pela administração, para que possam opinar e participar construtivamente do processo;
- **Organização dos Bens Móveis:** Os bens móveis que os abrigados conseguiram retirar de suas habitações podem ocupar espaço ou prejudicar a organização dos abrigos. Assim, esses objetos devem ser recolhidos, identificados e acautelados em local seguro, com o preenchimento de formulário apropriado e devolvidos mediante comprovação aos seus proprietários no momento em que estes deixarem os abrigos;
- **Participação dos Abrigados:** Deve-se estimular a participação dos abrigados nas atividades básicas necessárias para a manutenção do abrigo e na reconstrução dos cenários das comunidades onde vivem. As atividades tratadas devem ser apresentadas com horários já definidos para realização, para que as famílias possam escolher por afinidade das quais podem, querem ou tenham aptidões para participar;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- **Prevenção de Zoonoses:** a prevenção de doenças transmitidas pelos animais deve ser criteriosa, sem deixar de considerar o momento traumático pelo qual passam os abrigados, em que o vínculo pelos seus animais é bastante fortalecido. Para melhor controle dessa situação, é necessário que na triagem e cadastramento dos abrigados seja efetuado o registro dos animais, anotando-se as informações sobre vacinas e tratamentos sanitários dos mesmos. Após isso, os animais devem ser alojados em local próximo ao abrigo, para possibilitar que as famílias cuidem dos seus animais;
- **Controle de Insetos e de Roedores:** Os desastres provocados por inundações, devido à sua natureza, costumam provocar uma redução importante nas medidas de saneamento básico, causando aumento significativo de moscas, mosquitos, baratas e outros insetos de importância sanitária, assim como de roedores, podendo haver aumento da incidência de vários tipos de doenças entre a população afetada.

Nessas oportunidades, as medidas de controle de vetores, aqui compreendidas como ações de desinsetização e desratização devem ser intensificadas, especialmente nos abrigos temporários e nas áreas de entorno, visando proteger a população das doenças e agravos decorrentes de eventuais infestações.

- **Realização de Atividades Recreativas e Educativas:** As equipes de Operações e Logística devem alocar os meios necessários (material esportivo e recreativo, assim como pessoal capacitado junto às instituições de ensino) para promoverem as práticas esportivas e recreativas nos abrigos, criando assim uma movimentação saudável para evitar o estado de prostração da população abrigada;
- **Cultos Religiosos:** Nas ocorrências de desastres, mais do que nunca a assistência religiosa pode servir como fonte opcional de reestruturação emocional. Dessa forma, as práticas religiosas devem ser permitidas no ambiente dos abrigos temporários sempre que:
 - Sejam solicitadas pelos abrigados e devidamente autorizadas pelos responsáveis pelo abrigo;
 - Sejam realizadas em local apropriado e tão isolado quanto possível, a fim de não interferir com as crenças religiosas de outras pessoas ou famílias;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

- Sejam facultadas a todas as crenças religiosas existentes nos abrigos, mediante estabelecimento de dias e horários para contemplar cada situação.

7 – DESMOBILIZAÇÃO E ENCERRAMENTO DOS ABRIGOS TEMPORÁRIOS

Os Gestores Municipais, através da Coordenação Municipal de Defesa Civil são as autoridades responsáveis pela determinação da desmobilização e encerramento das atividades nos Abrigos Temporários, no momento em que a restauração dos serviços essenciais e reconstrução dos cenários nas comunidades permitirem a volta da população abrigada às suas casas.

A desmobilização dos abrigos é um conjunto de atividades sob a responsabilidade do Gerente ou Encarregado dos abrigos; e, é motivada pela recondução da situação do município à normalidade e o retorno da população abrigada para suas comunidades, para casa de familiares, para imóveis locados pelo Poder Público ou ainda a realocação das famílias para áreas fora das zonas de risco no município.

A desocupação dos abrigos permite que a edificação utilizada readquira a sua rotina natural, passando a desenvolver as atividades para as quais foi originalmente projetado e construído.

A desocupação dos abrigos implica ainda no recolhimento, conferência e guarda de todos os materiais e provisões porventura não utilizadas, para utilização em abrigos permanentes ou escolas municipais.

Os responsáveis deverão ainda efetuar a limpeza das instalações, fazer os reparos necessários e vistoriar a edificação em conjunto com seu responsável legal, antes da entrega formal.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

Deve ainda a equipe responsável pelo abrigo, elaborar um Relatório Final circunstanciado, do qual constem os nomes de todas as pessoas físicas e jurídicas que prestaram apoio à instalação, funcionamento e manutenção dos abrigos, listando ainda:

- Identificação de todas as atividades realizadas;
- Discussão a respeito das decisões tomadas pelas equipes;
- Relação dos abrigados;
- Inventário dos materiais e provisões consumidos durante o tempo em que a população ficou abrigada;
- Descrição geral do trabalho realizado;
- Compilação dos documentos, formulários e balancetes referentes ao abrigo.
- Identificação das dificuldades encontradas e propostas para melhorias;
- Descrição das experiências positivas que acrescentaram novas habilidades à equipe de gerenciamento do abrigo.
- Encaminhar o Relatório final para o Gestor Municipal, dando por concluída sua participação e responsabilidade na gerência do abrigo.

7.1 - LOCALIZAÇÃO DOS ABRIGOS

Faz-se necessário a rota de fuga da população em área de risco para os abrigos

Com coordenadas, fotos, ponto de referência que facilitem o acesso.

7.1.1 – Pavilhão do Centro de Eventos Roberto Westphal

Localização: Parque Municipal de Eventos

Localização: Rua Sete de Setembro, bairro Mosquito.

Responsável: Cristiano Rosa

8.2. Ginásio de Esportes Gerard Tschumi

Localização: Rua Ida Maria Claudino dos Santos, Centro.

Responsável: Cesar Luiz Cunha

8.3. Salão Paroquial da Comunidade Católica Nossa Senhora do Caravaggio

Localização: Rua 26 de maio, Centro.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

8.4. Centro de Treinamento da EPAGRI

Localização: Rua Seis de junho, Centro.

8.5. Salão da Comunidade Evangélica Luterana do Mosquito

Localização: Rua Henrique Reuter, Mosquito.

Responsável: Presidente da Comunidade Evangélica do Mosquito.

8.6. Salão da Capela da Comunidade Católica de São Francisco de Assis

Localização: Morro do Reuter, Mosquito.

Responsável: Presidente do CPC da Comunidade São Francisco de Assis.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

QUADRO 01. COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC)

REPRESENTANTES	FUNÇÃO/NOME
Prefeitura Municipal	Cesar Luiz Cunha Prefeito Municipal
Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	Carlos Gaertner Coordenador COMPDEC
Coordenadoria de Assistência Social	Cleidiane de Oliveira Coordenadora de Assistência Social
Assistência Social	Vanessa Claudino dos Santos Peruzzollo (Assistente Social)
Departamento de Planejamento e Meio Ambiente	Aline de Souza Diretora do Departamento
Departamento de Agricultura	Estevão Henrique Kuhnen Diretor do Departamento
Fundação Municipal de Saúde	Osmar Frederico Korb Diretor do Departamento
Departamento de Educação do Município	Scharlene da Silva Diretora de Departamento
Departamento de Administração	Alexandre Duarte Neto Diretor do Departamento
Departamento de Obras e Serviços Urbanos	Cristiano Rosa Diretor do Departamento
1º Grupo do 1º Pelotão da 1ª Companhia de Bombeiros Militar, com sede em Trombudo Central	Sargento Vanderlei Nunes Ferreira Comandante do Grupamento
13º Batalhão de Polícia Militar de Rio do Sul	Tenente Coronel Renato Abreu Comandante 13º Batalhão
7ª Delegacia Regional de Polícia Civil	Almiro da Costa Delegado Regional de Rio do Sul
Grupamento Municipal da Polícia Militar de Agronômica	Sargento Adélcio Silvano de Sousa Comandante do Grupamento
Assessoria de Comunicação	Cesar Simões Neto Assessor de Comunicação
Empresa responsável pelo fornecimento de água no município	CASAN
Empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica no município	CELESC